

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/12/2015 a 31/12/2015

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Jornal Folha de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiárias: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Encontro avalia desenvolvimento no campo. Site do MDA. 01/12/2015.	5
Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco aprova proposta da FETRAF/PE – FETRAF. 01/12/2015.	5
Presidente da FAMASUL destaca iniciativas de preservação em evento de recursos hídricos – CNA. 01/12/2015.....	6
Dona da Lacta investe US\$ 400 milhões para reduzir desmatamento – Valor Econômico. 01/12/2015.....	7
Condraf amplia participação da sociedade civil e aprova medidas. Site do MDA. 02/12/2015.....	7
Investidores pedem compromisso brasileiro contra desmatamento. Assis Moreira – Valor Econômico. 02/12/2015.....	9
Missão irá tratar sobre cadeia de valor e os modelos de comercialização do açaí no Pará – CONAB. 02/12/2015.....	10
BNDES financiará os próximos 3 anos do Projeto Biomas – CNA. 02/12/2015.....	10
Seguro rural permite que produtor amplie área de cultivo e invista mais em tecnologia – CNA. 03/12/2015.	11
Brasil apresenta Plano ABC em evento paralelo à COP 21 – MAPA. 03/12/2015..	12
Aula especial marca abertura de curso de Agroecologia em Sergipe – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 04/10/2015	13
Conservação da terra e da água é essencial para produção sustentável – CNA. 04/12/2015.....	14
Programa de Proteção de Nascentes cadastra 250 mananciais em Mato Grosso do Sul – CNA. 04/12/2015.....	15
Articulação em prol do desenvolvimento rural. Site do MDA. 04/12/2015.....	16
Sindicatos Rurais de Tocantins cadastram 14 nascentes protegidas no último final de semana – CNA. 07/12/2015.....	17
Empreendedorismo no campo, a salvação da lavoura – CNA. 07/12/2015.	18
BNDES quer novo fundo ambiental de R\$ 1 bi para reflorestar o país. Assis Moreira – Valor Econômico. 07/12/2015.....	20
Mapa vai reestruturar e fortalecer superintendências nos estados, diz ministra – MAPA. 08/12/2015.	21
Barry Callebaut aumenta compra de cacau sustentável. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 09/12/2015.....	21
FAEMG é parceira de projetos para Programa Produtor de Água – CNA. 09/12/2015.....	22
Barry Callebaut aumenta compra de cacau sustentável. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 09/12/2015.....	23

Europa vê agronegócio brasileiro como vilão ambiental. Assis Moreira – Valor Econômico. 09/12/2015.....	23
Agroecologia: os desafios econômicos, sociais e ambientais da agricultura familiar. Najjar Tubino. Carta Maior, 09/12/2015	26
IBGE espera queda de 0,5% da próxima safra agrícola. Daniela Amorim – Jornal O Estado de São Paulo. 11/12/2015	28
Conab busca ações para reduzir a perda e o desperdício de alimentos no Brasil – CONAB. 11/12/2015.....	30
Ameaçado o primeiro Assentamento Agroecológico do Rio de Janeiro. Léa Maria Aarão Reis. Carta Maior, 13/12/2015.....	30
Cooperação e intercâmbio Brasil- África promove profissionalização do ofício de agricultor familiar – FETRAF. 14/12/2015	32
Ministra destaca atuação do novo chefe da Embrapa Monitoramento por Satélite – MAPA. 14/12/2015.	34
Etanolduto avança, apesar da crise das usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico. 14/12/2015.....	34
Conab e governo de Minas Gerais assinam acordo visando fortalecimento da agricultura familiar – CONAB. 15/12/2015.....	36
Experiência em manejo agroecológico no Paraná recebe premiação nacional – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/12/2015	36
UA em Formoso do Araguaia aposta em responsabilidade ambiental – CONAB. 16/12/2015.....	37
Para CNA, dados do Censo Agropecuário 2016 darão subsídio para elaboração de Políticas Públicas – CNA. 16/12/2015.....	38
BrasilAgro faz planos de aquisições. Mariana Caetano – Valor Econômico. 16/12/2015.....	38
COP-21: Para reduzir Gases de Efeito Estufa, CNA defende medidas imediatas do Governo – CNA. 18/12/2015.....	39
Atividade rural predomina em mais da metade dos municípios brasileiros – MAPA. 18/12/2015.	41
Ação cobra R\$ 71 milhões por danos com naufrágio de navio no Pará – Valor Econômico. 18/12/2015.....	41
Produção de alimentos sofre impacto menor nas crises – Valor Econômico. 21/12/2015.....	42
Agropecuária deve manter crescimento em 2016, projeta ministra – MAPA. 21/12/2015.....	43
Acesso de extrativistas do babaçu na PGPM-Bio está facilitado – CONAB. 21/12/2015.....	44
Inovações dão prioridade à sustentabilidade e precisão. Martha San Juan França – Valor Econômico. 21/12/2015.....	45

Mais participação e políticas no Rural contemporâneo. Por Rodrigo Amaral, Secretário do Condraf. Site do MDA, quarta-feira, 23 Dezembro, 2015 - 09:30.....	46
Hidrelétrica do Tapajós vai a leilão no 2º semestre de 2016. André Borges – O Estado de São Paulo. 24/12/2015	47
Famílias extrativistas recebem mais de 4,1 milhões em 2015 – CONAB. 28/12/2015.	48
Cursos com ênfase em agroecologia e publicação de livros marcam atuação do Pronera em 2015 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 28/12/2015.....	49

Encontro avalia desenvolvimento no campo. Site do MDA. 01/12/2015.

Membros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) destacaram, nesta terça-feira (1º), os avanços para o desenvolvimento social no campo, nos últimos anos. Durante a abertura da 64ª reunião ordinária do órgão consultivo, em Brasília, representantes da sociedade civil e do governo federal também avaliaram políticas públicas e apontaram os principais desafios para o rural brasileiro. Presente no encontro, Patrus Ananias, ministro do Desenvolvimento Agrário e presidente do Condraf, realçou a importância da integração das políticas públicas para o desenvolvimento dos territórios rurais, considerando a diversidade dos povos do campo, das águas e das florestas. Pela manhã, a secretária executiva do MDA, Maria Fernanda Coelho, também prestigiou o evento. Recortes Graças ao Cadastro Único Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) que, desde 2011, tem recortes étnicos específicos, cerca de 1,8 milhão de famílias indígenas, quilombolas, ribeirinhas, pescadoras artesanais, ciganas e outras comunidades com realidades específicas são beneficiadas com 30 políticas com incidência no meio rural. “Agora podemos desenhar políticas para desenvolvimento social com olhares que contemplam a diversidade”, explicou Arnoldo Campos, secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). “Com o Brasil Sem Miséria (2011), percebemos que tínhamos que elaborar políticas específicas. Não dava pra tratar da mesma maneira as populações invisibilizadas. De lá até aqui, nosso Cadastro Único vem sendo aperfeiçoado”, afirmou Campos. Segundo o secretário, o Programa Mais Médicos, por exemplo, foi implementado nos territórios mais vulneráveis, especialmente os rurais, também com base nesses recortes. Desafios A conselheira Cristina Nascimento, membro da Articulação do Semiárido (ASA), acredita que as políticas dos últimos 15 anos têm mudado a trajetória das famílias rurais. Porém, cortes de gastos governamentais não podem incidir em políticas essenciais. Cristina frisou também o ato público “Semiárido Vivo”, ocorrido em Petrolina (PE), no último dia 17 de novembro, mobilizando mais de 18 mil pessoas. A conselheira entregou uma carta ao MDS e ao MDA, assinada pelos movimentos sociais do campo, em defesa de políticas como Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Garantia-Safra e Plano de Aquisição de Alimentos (PAA). Este atende mais de 200 mil famílias, promovendo assistência técnica e fomento. A reunião ordinária do Condraf segue também nesta quarta-feira (2).

Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pernambuco aprova proposta da FETRAF/PE – FETRAF. 01/12/2015.

Na última quinta-feira (29), o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural de Pernambuco aprovou a proposta para aquisição da Propriedade Tucano no Município de Bodocó – uma demanda da FETRAF/PE. Agora, essa proposta seguirá para o banco onde será contratada. Estão sendo vistoriadas pelas equipes técnicas da UTE, as propriedades Lajedo de Dentro, do Município de Capoeiras e também a Fazenda Tapuio no Município de Itaíba. Na próxima semana serão entregues as propostas dos Municípios de Amaraji, beneficiando 30 Famílias e Barreiros com mais 40 Famílias.

Como parte do andamento dos trabalhos, a proposta da propriedade Lagoa no Município de Jupi, que já foi vistoriada e também aprovada, será a próxima a ser negociada com o proprietário para finalização e encaminhamento ao banco.

O técnico Nagel Costa da FETRAF/Brasil para o Estado de Pernambuco comemorou a aprovação e o andamento do PNCF no Estado, pois acredita que agora “engrenou” o processo em prol da FETRAF. “Estamos “ajeitando” junto com parceiros, novas proposta para dar entrada na UTE/PE. O Sucesso do PNCF está garantido em Pernambuco”. Destacou o Técnico.

Presidente da FAMASUL destaca iniciativas de preservação em evento de recursos hídricos – CNA. 01/12/2015.

Campo Grande / Mato Grosso do Sul (01 de Dezembro de 2015) - Iniciativas referentes à preservação e ao consumo da água, desenvolvidas pelo Sistema FAMASUL - Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, foram pontuadas pelo Presidente da Instituição, Mauricio Saito, durante o lançamento do manual e do sistema informatizado de Outorga dos Direitos de Uso de Recursos Hídricos, realizado pelo Governo do Estado, por meio da Semade - Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

A solenidade aconteceu na manhã dessa segunda-feira (30), no auditório do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), e reuniu representantes de instituições públicas, privadas e organizações não governamentais, além de pesquisadores e estudantes.

O Presidente compôs a mesa de autoridades e durante o discurso afirmou que a ferramenta demonstra a importância do trabalho compartilhado diante da proposta do uso sustentável da água. Exemplificou destacando que, com a participação do Governo do Estado e dos Municípios, foi possível levar conhecimento sobre a preservação do meio ambiente e o consumo sustentável de água a 60 mil alunos de Mato Grosso do Sul, por meio do projeto Agrinho, este ano.

“É um resultado tão positivo que nossa meta é dobrar o número de alunos atendidos em 2016. Temos, ainda, por meio da Aprosoja, que faz parte do Sistema FAMASUL junto com o SENAR, o Projeto Siga, instrumento que nos oferece um excelente detalhamento sobre os rios do nosso Estado”, comentou o presidente, que também colocou toda estrutura à disposição dos técnicos da Semade e demais instituições.

Na cerimônia, o secretário estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Jaime Verruck, ressaltou que a participação do Sistema FAMASUL foi fundamental para o lançamento do instrumento de outorga.

“Ao oferecer todo o seu aparato técnico, a FAMASUL colaborou de forma significativa para promovermos essa discussão do uso dos recursos hídricos. Com a outorga, todos ganhamos uma importante ferramenta de trabalho, principalmente os produtores rurais, que passam a ter uma garantia efetiva sobre a disponibilidade de água para a sua atividade”, comentou.

Com o Sistema de Outorga será possível organizar e gerenciar o direito ao uso dos recursos hídricos pela agricultura, pecuária, indústrias e concessionárias de abastecimento de água de Mato Grosso do Sul.

De acordo com gerente de recursos hídricos do Imasul, Leonardo Sampaio, a Outorga dos Direitos de Uso dos Recursos Hídricos está prevista em lei federal, instituída no ano de 1997, mas só foi aprovada no Estado em 2002.

A partir da ferramenta, o Imasul irá, inicialmente, oferecer cursos técnicos para atendimento e fiscalização.

“O sistema informatizado de solicitação de outorga para o produtor será ágil, pois é totalmente online, o que permite ao produtor rural e equipe técnica o acompanhamento de todo processo. Importante destacar, ainda, que é um instrumento absolutamente seguro para o produtor inserir seus dados”, afirmou.

A programação seguiu o dia todo com orientação e demonstrações para vários profissionais. Na capacitação, a Famasul foi representada pela analista da Unidade Técnica, Daniele Coelho.

Outras capacitações estão previstas para os meses de fevereiro e março de 2016. Conforme os organizadores, a intenção é oferecer cursos setoriais, nas áreas da indústria, agropecuária e empresarial.

Também participaram do lançamento o procurador de Justiça Mauri Valentim Ricciotti, o corregedor-geral do Ministério Público Estadual; o secretário-adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Ricardo Senna; o diretor de Engenharia e Meio Ambiente da Sanesul, João Carlos da Silva Jorge; e a procuradora de Justiça e coordenadora do Caoma, Marigô Regina Bittar Bezerra.

Dona da Lacta investe US\$ 400 milhões para reduzir desmatamento – Valor Econômico. 01/12/2015.

A Mondelez, dona da brasileira Lacta e uma das maiores processadoras de cacau e produtoras de chocolate do mundo, afirmou nesta terça-feira que pretende investir US\$ 400 milhões em um programa para apoiar os produtores de cacau na Costa do Marfim e reduzir o desmatamento.

A companhia fez o anúncio durante as conversas da CoP-21, em Paris, e disse que poderia trabalhar com ONGs locais para apoiar projetos de proteção às florestas e apoio a 26 mil produtores.

De acordo com o compromisso REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, liderado pelo Instituto Europeu de Florestas - EFI, na sigla em inglês) e financiado pela União Europeia e outros governos, a cobertura de floresta na Costa do Marfim perdeu 3 milhões de hectares entre 1960 e 2010 diante do aumento da produção de cacau.

O compromisso anunciado pela Mondelez deve contribuir para a companhia alcançar suas metas de sustentabilidade em 2020. As metas incluem a redução da pegada de carbono e as emissões de dióxido de carbono de suas indústrias em 15%.

Condraf amplia participação da sociedade civil e aprova medidas. Site do MDA. 02/12/2015

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) vai se tornar ainda mais participativo em 2016. O número de conselheiros representantes da sociedade civil vai aumentar, em breve, com o objetivo de contemplar mais entidades, redes e movimentos sociais. A reformulação do Condraf foi tema de discussão na 64ª reunião ordinária do conselho, que termina nesta quarta-feira (2). As mudanças estão previstas para o decorrer do próximo ano, após assinatura do novo decreto pela presidenta Dilma Rousseff.

De acordo com o decreto nº 4.854, de 2003, a estrutura de funcionamento do Condraf atualmente é composta por 38 membros, sendo 19 representantes de órgãos do governo, em seus diversos níveis, e 19 de organizações ou entidades da sociedade civil, com atuação no desenvolvimento rural sustentável, na agricultura familiar e na reforma agrária.

Na nova proposta, o Condraf passará a ser composto por 42 membros, sendo 16 do poder público e 26 da sociedade civil. Isso equivale a 61,9% da sociedade e 38,1% do governo. “Nos últimos 15 anos, tivemos muitas mudanças. Agora estamos considerando a diversidade do rural e das organizações que atuam com o desenvolvimento no campo”, afirmou Germano de Barros, membro da organização Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta).

Dessa forma, a estrutura prevista também dialoga com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNRSS), finalizado em 2013, que define orientações para o desenvolvimento de políticas públicas. A nova estrutura do Condraf é fruto de estudos e reuniões de comitês internos criados para definirem os segmentos que devem ser representados. Outra novidade é que o Condraf deverá ser presidido por um membro da sociedade civil.

Dois novos territórios homologados

Na reunião, o conselho também aprovou a Resolução nº 108, de 2 de dezembro de 2015. A partir de agora, os territórios rurais Sertão Central de Pernambuco e Território Central da Noroeste Paulista, que juntos somam 41 municípios, passam a fazer parte do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat). Além disso, diversos municípios mudam de território no intuito de contemplar suas identidades culturais.

Aprovada a regulamentação do decreto 8.500

O Regulamento Operativo que permite a operacionalização dos novos tetos de renda e patrimônio para financiamentos de terra pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), previstos no Decreto 8.500, também foi aprovado hoje (2), pelo Condraf. O regulamento segue agora para publicação no Diário Oficial da União (DOU).

O que mudou

Nas linhas Nossa Primeira Terra (NPT) e Consolidação da Agricultura Familiar (CAF):

- A renda anual bruta passa de R\$ 15 mil para R\$ 30 mil.
- O teto de patrimônio passa de R\$ 30 mil para R\$ 60 mil.
- O perfil de patrimônio pode ser estendido até R\$ 100 mil para financiamento de imóveis, objetos de partilha por herança.

Na linha Combate à Pobreza Rural, o limite de renda permanece R\$ 9 mil e o patrimônio passa de R\$ 15 mil para R\$ 30 mil.

Investidores pedem compromisso brasileiro contra desmatamento. Assis Moreira – Valor Econômico. 02/12/2015.

Investidores querem do Brasil garantias de redução de desmatamento ilegal de florestas e clareza de outras regras, para avançar na possibilidade de usar “greenbonds”, títulos de dívida com alguns atributos adicionais, exigindo que os recursos captados sejam aplicados em projetos ambientalmente sustentáveis.

O mercado internacional de “greenbonds” para projetos relacionados a mudanças climáticas com custo de capital reduzido vem crescendo. Estima-se que este ano o total emitido alcance US\$ 100 bilhões, comparado a US\$ 35 bilhões em 2014 e US\$ 11 bilhões em 2011. Considerando títulos que poderiam ser classificados como “greenbonds”, mas oficialmente não são, o valor estimado do mercado foi de US\$ 500 bilhões em 2014.

Uma delegação brasileira, chefiada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, reuniu-se hoje em Paris com representantes de bancos de desenvolvimento (o alemão KfW, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento e BNDES), representantes de organizações não governamentais ou especializadas (ClimateBondsInstitute, Forest Trends, World ResourcesInstitute) e representantes de governos (Alemanha, Noruega e Reino Unido).

Segundo a ministra, houve concordância de que o Brasil tem todas as condições de um “mercado verde”, com foco particular para área florestal, energias renováveis e agricultura de baixo carbono, além de viabilizar também INDC.

“Uma condição essencial foi o Brasil realmente entregar (o prometido) no combate ao desmatamento. Oscilações nas taxas de desmatamento não é problema”, acrescentou. Para ela, o problema está com os Estados na hora de separar o que é desmatamento legal ou ilegal. O governo federal vai financiar projetos para os governos estaduais efetuarem esse monitoramento.

Izabella acrescentou que o Código florestal e o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que deve ser concluído em maio, “foram considerados determinantes para a clareza e redução de risco do investidor”.

A reunião tratou muito de “greenbonds” para financiar também infraestrutura em projetos de baixo carbono, para exportação de produtos agrícolas por ferrovias que não elevem as emissões nem o desmatamento.

As discussões vão prosseguir em fevereiro, no Brasil, com a participação também do Ministério da Fazenda.

Em eventos na Embaixada do Brasil, o governo apresentou as metas de redução de emissões para os setores de energia e agrícola. Para o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, o desafio brasileiro é implantar a meta nacional de corte de emissões e, ao mesmo tempo, manter o crescimento econômico. “O país tem um enorme potencial em termos de bioenergia e deve investir nisso”, afirmou.

As fontes renováveis correspondem, hoje, a 78% da geração de energia do Brasil, comparado a 20,3% nos países desenvolvidos.

Conforme Tolmasquim, a necessidade de energia no Brasil vai aumentar duas vezes até 2030. Vai ter alta do consumo no Brasil, mas as emissões de brasileiros em termos per

capita continuarão baixas, com a taxa sendo duas vezes maior na Europa e China e até oito vezes maior nos Estados Unidos.

A energia hídrica continua crescendo, mas perdeu 10 pontos percentuais nos últimos dez anos e vai perder mais 10 pontos nos próximos dez anos. Esse espaço será ocupado por energia solar, eólica, biomassa, segundo ele.

Richard Baron, assessor da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), alertou que o custo da transição para a economia menos carbonizada será maior do que se gostaria que fosse, em geral.

Steve Sawyer, secretário-geral do Conselho Mundial de Energia Eólica, sugeriu ao Brasil acabar com a exigência de conteúdo local na produção de equipamentos para o setor. Tormalquin deixou claro que essa política continuará. Ele argumentou que a energia eólica e solar no Brasil são as mais baratas no mundo, mesmo com conteúdo local, e o que importa para o consumidor é o preço final.

Já o representante da Embrapa disse mais tarde que o agronegócio brasileiro está reduzindo as emissões, e que o setor é parte da solução.

Missão irá tratar sobre cadeia de valor e os modelos de comercialização do açaí no Pará – CONAB. 02/12/2015.

Nesta quarta-feira, 02, técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) conhecerão experiências que são referência na cadeia de valor do açaí e modelos de comercialização do produto no Pará. A iniciativa faz parte de uma parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Meio Ambiente e a Agência Alemã de Cooperação Internacional - GIZ. O projeto, denominado Missão de Modelos de Abastecimento na Amazônia, está organizando e documentando ações relacionadas às áreas de abastecimento e comercialização em municípios do Amazonas, Acre e Pará.

A partir desta iniciativa, a expectativa é fortalecer os modelos de parceria do poder público com a iniciativa privada e organizações comunitárias (PPPC), com objetivo de impulsionar o desenvolvimento socioeconômico da região. Neste sentido, a Conab compartilhará a expertise nas ações de abastecimento e comercialização de diferentes produtos, principalmente àqueles ligados a sociobiodiversidade.

Na última semana, a delegação esteve no estado do Acre e no município amazonense de Boca do Acre tratando sobre PPPC e a cadeia produtiva do açaí e de óleos. O grupo ainda esteve em Manaus e Carauari/AM, para conhecer com mais detalhes projetos sustentáveis e estratégias para fomentar a agroindústria e as cadeias de valor que a abastecem.

BNDES financiará os próximos 3 anos do Projeto Biomas – CNA. 02/12/2015.

Brasília (02 de dezembro de 2015) - “Identificamos que o Projeto Biomas é inovador e fundamental para a geração de conhecimentos sobre a produção sustentável nos 6 biomas brasileiros. É um projeto com grande complexidade, pois tem muitos subprojetos de pesquisa vinculados à ele. Mas ficamos impressionados com a quantidade de conhecimento gerado. E esse é o nosso objetivo: apoiar projetos que possam desenvolver e difundir soluções inovadoras”, explica Adriano Carnaúba, do Departamento de Meio Ambiente do BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento.

O planejamento das ações vinculadas ao convênio com o BNDES foi debatido na Reunião do Comitê Gestor Nacional ocorrida na última semana. Estavam presentes na reunião representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e das unidades da Embrapa: Embrapa Florestas, Embrapa Cerrados, Embrapa Semiárido, Embrapa Amazônia Oriental. E ainda representantes do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - Incaper e da Fundação de Apoio a Pesquisa e ao Desenvolvimento – FAPED.

“Dos 9 anos planejados para a conclusão dos trabalhos, estamos entrando no sexto ano de Projeto Biomas. Já caminhamos um bocado e esse financiamento nos ajudará a impulsionar e concluir as pesquisas até 2018. Todos os biomas serão beneficiados”, diz Cláudia Rabello, Coordenadora Nacional do Projeto Biomas na CNA.

Para o próximo ano, os coordenadores planejam consolidar um material de apoio ao projeto, com perguntas e respostas mais frequentes dos produtores rurais. “Nestes anos de Projeto Biomas já tivemos diversos momentos de contato com os produtores rurais. Identificamos que a dúvida de um produtor pode ser a de muitos. Por isso, estamos preparando um material de fácil acesso e com linguagem coloquial para que todos entendam”, conta Felipe Ribeiro, Pesquisador da Embrapa e Coordenador do Projeto Biomas no Cerrado.

O PROJETO BIOMAS

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos. Os estudos estão sendo desenvolvidos nos seis biomas brasileiros para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto e John Deere. E agora conta com o financiamento do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento.

Seguro rural permite que produtor amplie área de cultivo e invista mais em tecnologia – CNA. 03/12/2015.

Campo Grande / Mato Grosso do Sul (03 de dezembro de 2015) - Que a agricultura é uma atividade de risco, todos já sabem. O sojicultor, por exemplo, lida com a imprevisibilidade do clima, doenças e pragas na lavoura, além da volatilidade do câmbio. Mas como lidar com fatores que podem comprometer a produção e trazer prejuízos ao agricultor? O seguro rural tem sido a resposta para quem quer garantias no cultivo de grãos. A decisão em formalizar uma apólice possibilita que o agricultor invista em mais tecnologia e amplie sua área sem medo.

“Insumos que têm grande peso no custo de produção, como óleo diesel, adubos, sementes, são acessórios que podem ser inclusos no seguro. Históricos de geadas, veranico em determinadas regiões e índice de produtividade divulgado pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística são fatores que determinam o preço da apólice”, ressalta o engenheiro agrônomo e especialista em seguros rurais, Arnaldo Gaspar, levando em consideração que quanto maior for o risco maior também será o valor da apólice.

De acordo com um levantamento feito pela equipe técnica da Aprosoja/MS – Associação dos Produtores de Soja de MS, no Brasil o número de seguros rurais aumentou. A área segurada passou de 9,6 milhões de hectares em 2013 para 9,9 milhões em 2014, alta de 3,7%, com 16% mais contratos firmados, ou seja, as apólices. Em sentido contrário, o cenário em Mato Grosso do Sul é diferente. No mesmo período, o Estado registrou queda de 12%, saindo da casa de 1 milhão de hectares para 914 mil hectares. Especificamente para a soja, a área segurada aumentou 10% e o número de apólices caiu 1,85%. Já para o milho, a área segurada teve queda de 47%, e as apólices foram 29% menores”.

A justificativa está no baixo nível de cobertura dos seguros, como explica o gestor do departamento técnico do Sistema FAMASUL – Federação da Agricultura e Pecuária de MS, Justino Mendes. “Desde o início do programa, em 2005, os dispêndios (gastos) foram crescentes, atingindo o pico de R\$ 694 milhões no ano passado. Em contrapartida, o valor da subvenção, que é a parte atribuída pelo governo, teve redução”. Para se ter uma ideia, entre 2013 e 2014, o subsídio destinado para a soja e o milho 2ª safra em Mato Grosso do Sul registrou queda de 40%.

Para o especialista em seguros rurais, Arnaldo Gaspar, outro grande entrave é a falta de informação sobre seguro rural. “Algumas pessoas não sabem, mas o seguro só não inclui o arrendamento e a comercialização do grão. Outros custos podem ser adicionados conforme a necessidade de cada cultivo ou região”. Hoje também existe um fundo garantidor, fruto da parceria formada entre as companhias e o Governo Federal, que em caso de catástrofes, divide o valor do prêmio com outras seguradoras, o chamado resseguro.

Para a safra 2015/2016, o Mapa – Ministério da Agricultura e Pecuária e Abastecimento publicou no Diário Oficial da União do dia 23 de novembro o Plano Trienal 2016-2018 para a subvenção ao prêmio do seguro rural. O valor subvencionável foi fixado em R\$ 400 milhões para 2016, R\$ 425 milhões para 2017 e R\$ 455 milhões para 2018.

Com o objetivo de atender mais produtores com menos recursos, o governo reduziu o percentual da subvenção a ser concedida, que até este ano variava de 40 a 70% do valor do prêmio. A partir de 2016 ficará entre 30 e 45%. Em função dessa queda, estima-se que o número de apólices contratadas caia de 118 mil em 2014 para cerca de 40 mil neste ano, deixando mais de 50 mil produtores sem o apoio. Com os cortes, a cultura mais afetada é a soja.

Brasil apresenta Plano ABC em evento paralelo à COP 21 – MAPA. 03/12/2015.

O governo brasileiro promoveu esta semana, paralelamente à Conferência do Clima (COP 21), em Paris, a mesa redonda Diálogos do Brasil - Agricultura de baixa emissão de carbono: resultados e desafios. O evento ocorreu na Embaixada do Brasil na capital francesa e foi realizado pelos ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Meio Ambiente e Relações Internacionais. Durante a reunião, houve a apresentação sobre os cinco anos de implementação do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono: Conquistas e Estratégias para 2030, proferida pelos pesquisadores da Embrapa Giampaolo Queiroz Pellegrino e Gustavo Mozzer.

A Embrapa também apresentou os avanços e resultados da pesquisa brasileira para oferecer alternativas para reduzir o aquecimento global, como o Portfólio de Pesquisas

em Mudanças Climáticas da Embrapa. O portfólio de pesquisas nasceu com o objetivo de analisar o sistema produtivo como um todo, entender a relação da agricultura com as mudanças climáticas e avaliar e propor soluções de adaptação que garantam a diminuição do risco e a sustentabilidade de cenários futuros.

Na agricultura brasileira, várias iniciativas estão sendo incorporadas pelos produtores, como o Plano ABC (Plano Nacional Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas para Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura). A nova proposta do Brasil é reduzir em 36% a emissão de gases de efeito estufa até 2025 e em 43% até 2030.

O Plano ABC visa à redução de gases de efeito estufa por meio do incentivo à doação de sistemas e tecnologias sustentáveis de produção, entre as quais se destacam a integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF), recuperação de áreas de pastagens degradadas, florestas plantadas, tratamento de dejetos animais, fixação biológica de nitrogênio e sistema plantio direto.

Aula especial marca abertura de curso de Agroecologia em Sergipe – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 04/10/2015

Dezenas de pessoas acompanham, na manhã desta quinta-feira (3), em Aracaju (SE), a abertura oficial de mais um curso promovido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) no estado. Desenvolvido a partir de um convênio firmado entre o Incra e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia foi aberto com uma aula especial, que teve como tema o uso de agrotóxicos.

O evento, que reuniu o superintendente regional do Incra/SE, André Luiz Bomfim Ferreira, o reitor do IFS, Ailton Ribeiro de Oliveira, e o secretário de Estado da Agricultura, Abastecimento e Irrigação de Sergipe, Esmeraldo Leal, foi acompanhado, também, pelos 50 estudantes selecionados para a turma.

Com vagas ocupadas exclusivamente por quilombolas e agricultores assentados (ou seus filhos), o Curso Superior de Tecnologia em Agroecologia terá duração de três anos e meio. As aulas serão ministradas no campus do IFS - localizado no município de São Cristóvão, na Grande Aracaju. “A proposta é garantir o direito ao ensino superior a jovens e adultos agricultores, vinculados ao meio em que vivem”, explicou a professora Eliane Dalmora, coordenadora do curso na instituição.

Os integrantes da turma serão os primeiros tecnólogos formados por meio do Pronera em Sergipe. “É mais uma grande conquista para o Incra e a reforma agrária, um investimento na qualificação, no crescimento de jovens e adultos, que um dia poderão contribuir de forma bastante efetiva com o desenvolvimento social e produtivo dos nossos assentamentos”, afirmou o superintendente regional do Incra/SE.

Pronera

Lançado pelo Governo Federal em 1998, o Pronera já executou em Sergipe cursos nos níveis fundamental e superior. Ao todo, 909 pessoas receberam formação por meio do Programa, sendo 97 em nível superior, nos cursos de Pedagogia da Terra e Engenharia Agrônômica, ministrados pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

Na última semana, o Pronera formou, também, a primeira turma de especialistas em Sergipe. Realizado a partir do sistema de Residência Agrária, o Curso de Especialização “Agroecologia, Questão Agrária, Agroindústria e Cooperativismo”, também ministrado pela UFS, formou 46 profissionais oriundos de cursos do Pronera ou atuantes em áreas de reforma agrária do estado.

Conservação da terra e da água é essencial para produção sustentável – CNA. 04/12/2015.

Brasília (04/12/2015) – A conservação do solo é a condição básica para que o produtor rural possa continuar produzindo com sustentabilidade, para proteger o meio ambiente sem abrir mão dos ganhos econômicos com a atividade agropecuária. A afirmação foi do vice-presidente diretor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), José Mário Schreiner, na abertura do Simpósio de Conservação do Solo, nesta sexta-feira (4/12), na sede da CNA, em Brasília.

O evento, realizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), faz parte das celebrações pelo Dia Internacional do Solo, comemorado no dia 5 de dezembro. “O Brasil, em termos de solo e sustentabilidade, é um exemplo para o mundo. Pelo que representa o sistema produtivo para o país, o solo é a condição básica para continuarmos produzindo e crescendo”, ressaltou.

Schreiner citou exemplos brasileiros de técnicas sustentáveis de produção, como o plantio direto e destacou ações desenvolvidas pelo Sistema CNA/SENAR, como o Programa de Proteção de Nascentes. “São ações extremamente simples, mas que, se não observarmos a tempo, podem se tornar um problema grave. Assim como a conservação do solo, devemos conservar a qualidade da nossa água para que a qualidade de vida das famílias que consomem o que produzimos possa melhorar cada vez mais e por um longo tempo”, afirmou o vice-presidente.

Para o representante da FAO no Brasil, Alan Bojanic, a conservação do solo deve ser incluída na agenda mundial de discussões sobre o clima, principalmente neste momento em que os países discutem as mudanças climáticas na COP-21, em Paris. “É uma questão tão importante como o clima, já que 95% dos alimentos vêm do solo. Ou conservamos o solo ou ficamos sem comida e essa é a hora de assegurar a produção com sustentabilidade”, disse o dirigente.

Ele também apresentou um relatório elaborado pela FAO sobre as principais problemáticas em relação à governança do solo. Entre as conclusões do estudo, estão o vácuo sobre políticas públicas em nível mundial, baixos investimentos e a necessidade de fortalecimento das instituições que tratam do tema. A FAO, a partir deste documento, vai desenvolver um banco de dados para monitorar as condições e qualidades do solo e propor políticas de recuperação e manejo do solo.

Já o secretário de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do Tribunal de Contas da União (TCU), Junnius Marques Arifa, apontou a existência de várias legislações que se contradizem sobre o tema e a falta de conhecimento para dar efetividade às políticas públicas de conservação do solo. Também estiveram presentes na abertura o secretário-executivo do SENAR, Daniel Carrara, e o presidente da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), Paulo Guilherme Cabral.

Programação – A agenda do evento teve várias palestras sobre temas voltados para a conservação do solo. O coordenador de Sustentabilidade da CNA, Nelson Ananias, falou sobre as propostas da CNA para proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas brasileiros. Em seguida, o pesquisador Arnaldo Colozzi Filho, do Instituto Agronômico do Paraná (IAPAR), falou sobre o manejo e a conservação de solos agrícolas. Na sequência, Luiz Adriano Maia Cordeiro, da Embrapa cerrados, abordou o tema “Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF) – Intensificação Sustentável do Uso do Solo”.

Elvison Nunes Ramos, coordenador de Uso e Manejo Sustentável dos Sistemas Produtivos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), fez uma exposição sobre o Plano ABC (Agricultura de Baixo Carbono) como veículo de recuperação dos solos no Brasil. Por último, Carlos Alberto de Mattos Scaramuzza, do Departamento de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente (MMA), falou sobre a recuperação de vegetação nativa como alternativa de renda para o produtor rural.

Programa de Proteção de Nascentes cadastra 250 mananciais em Mato Grosso do Sul – CNA. 04/12/2015.

Sindicatos Rurais e produtores de todo país interessados em participar do concurso promovido pela CNA – Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil e pelo SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, têm até sábado, 5 de dezembro, para aderir ao Programa de Proteção de Nascentes, que tem como objetivo proteger mananciais localizados nas propriedades rurais de todo território nacional.

No total, aproximadamente 250 nascentes foram cadastradas, atendendo aos cinco passos que necessitam ser cumpridos pelos produtores participantes: identificar, cercar e limpar a nascente, controlar a erosão e replantar espécies nativas.

Em Mato Grosso do Sul, o Sistema FAMASUL e o SENAR/MS promoveram uma força tarefa para divulgar a iniciativa que envolveu 13 sindicatos rurais, localizados nos seguintes municípios: Bonito, Camapuã, São Gabriel do Oeste, Bela Vista, Paranaíba, Caracol, Terenos, Campo Grande, Três Lagoas, Dourados, Figueirão, Santa Rita do Pardo e Laguna Carapã.

Destaque na região sul do Estado, o município de Bela Vista contabilizou 49 nascentes cadastradas, sendo responsável por 19,2% de todos mananciais registrados pelo programa. O mobilizador do sindicato rural, Elvio Ferreira Rodrigues, ressalta que foi gratificante desenvolver o trabalho já que a maior parte dos produtores da região aprovou a ideia. “A maioria dos proprietários que visitei já cercava as minas d’água, como forma de preservação. Meu trabalho foi explicar o objetivo do programa e apresentar os passos de proteção, pois, contei com a colaboração de todos com quem conversei”, pontua.

O produtor Flávio Garibaldi, da fazenda Boy Jagua, cadastrou três nascentes na propriedade dedicada à pecuária de corte. Ele conta que desde cedo aprendeu com o genitor a proteger o meio ambiente a sua volta. “Em nossa propriedade meu pai sempre teve a preocupação de cuidar dos mananciais e ensinava isso para os filhos. Por isso, quando o Elvio conversou comigo já tinha cumprido quase todos os passos, só faltava cercar. Acredito que temos de pensar no futuro dos nossos descendentes e não somente no presente”, argumenta.

Para Rodrigues, a iniciativa do SENAR/MS foi excelente e deve ter continuidade, mesmo com o encerramento do concurso. “Encontrei um cenário positivo aqui na região, com produtores que aprovaram e aderiram a um projeto de sustentabilidade local. Pretendemos dar continuidade ao programa, por entender sua importância para toda população”, conclui.

Na avaliação do superintendente do SENAR/MS, Rogério Beretta, o programa de Proteção de Nascentes comprova a responsabilidade do setor produtivo rural. “A iniciativa demonstra que é possível produzir com sustentabilidade e preservação do meio ambiente. Por isso queremos agradecer a confiança e apoio dos produtores que se empenharam, já que em algumas propriedades rurais foram identificadas até cinco nascentes”, explica.

Articulação em prol do desenvolvimento rural. Site do MDA. 04/12/2015

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) foi criado com o objetivo de propor diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas ativas. Trata-se de um órgão colegiado, integrante da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O Conselho é um espaço de articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar. O secretário do Condraf, Rodrigo Amaral, explica como é composto e como funciona o Conselho.

O que é o Condraf e como ele é composto?

O Condraf é um órgão colegiado, vinculado ao MDA. É o principal espaço de participação do Ministério.

Nosso objetivo é discutir, propor, avaliar, monitorar e contribuir para as políticas de desenvolvimento rural. Temos um papel consultivo nessa perspectiva de aperfeiçoar as políticas. O Condraf foi criado em 1999 e, nesses 15 anos, contribuiu com a grande maioria das políticas desenvolvidas para os(as) agricultores(as) familiares e assentados(as) da reforma agrária. Tudo com ampla participação da sociedade civil. Nosso conselho é composto por 38 membros, sendo 19 do governo e 19 da sociedade civil. Temos representantes do governo federal, governos estaduais e dos principais movimentos sociais e entidades regionais.

Qual a importância do Conselho e da participação dos movimentos sociais do rural para o fortalecimento da agricultura familiar?

É um espaço permanente de diálogo, onde o governo vai ouvir da sociedade as contribuições e críticas. É também um espaço onde a sociedade vai ouvir do governo uma prestação de contas sobre o que foi possível avançar e o que não foi. Os movimentos têm a legitimidade de debater as políticas, de representar os(as) assentados(as) da reforma agrária e agricultores(as). São eles e elas que de fato vivenciam os desafios do rural brasileiro.

O Condraf está à frente da 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (CNATER). O que se espera dessa conferência?

A gente espera aperfeiçoar as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater). Esse é um dos temas centrais. A conferência amplia o debate para os movimentos na

base, para que eles também possam contribuir, definindo ações e prioridades. Está prevista na Lei da Política Nacional de Ater (Lei nº 12.188, de 2010), que a conferência seja realizada a cada quatro anos. Queremos uma política ampliada e universal, que de fato transforme e garanta qualidade. O lema da agroecologia será um debate prioritário, na perspectiva de produzir alimentos saudáveis, sem veneno. Seja para os brasileiros e brasileiras ricos ou pobres.

Quais são os resultados esperados das etapas territoriais estaduais e temáticas? E da nacional?

Esse é um momento rico, de recolher as contribuições dos(as) agricultores(as) e assentados(as). Os territórios e os municípios são os espaços que trazem a vivência e experiência para aperfeiçoarmos nosso serviço, a partir da realidade de cada estado.

Queremos fazer um documento, contemplando a diversidade da agricultura familiar e do Brasil. Nosso país é continental, com muitos biomas diferentes. Precisamos dar a cara plural do rural brasileiro. Por isso temos as conferências temáticas como a Conferência de Mulheres, de Juventude, Povos e Comunidades Tradicionais, dentre outras. Isso tudo para aprofundarmos temas específicos e absorvermos no conteúdo do documento orientador que vai sair da Cnater

Sindicatos Rurais de Tocantins cadastram 14 nascentes protegidas no último final de semana – CNA. 07/12/2015.

Para mobilizar o setor agropecuário sobre a importância de proteger a água, o Sistema CNA/SENAR lançou o Programa de Proteção de Nascentes. Sindicatos Rurais de Tocantins participaram de uma ação na manhã do último sábado, 5 de dezembro, no município de Paraíso, onde foram protegidas 14 nascentes na Fazenda Grupiara, de propriedade do agropecuarista Rafael Regis Cordeiros.

A ação foi coordenada pelo Instrutor do SENAR/TO Ricardo Mendes. “O evento serviu para mostrar a importância de se proteger nascentes para garantir o abastecimento de água de qualidade, tanto nas propriedades rurais quanto nas cidades, além de promover a conscientização das pessoas envolvidas”, explicou.

Foram diagnosticadas 14 nascentes onde foram realizadas as cinco etapas de proteção. O primeiro passo foi identificar o tipo de nascente: fundo de vale, nascente de encosta e nascente de contato. O passo seguinte foi o cercar a nascente para protegê-la. Em seguida a conservação do solo, limpeza da área, e por último o replantio de espécies nativas.

Além de palestras e discussões sobre o tema, os participantes tiveram a oportunidade de participar do projeto na prática, fazendo plantio de árvores em uma das 3 nascentes localizadas na Fazenda Grupiara.

A entidade responsável pelo projeto em Paraíso é o Sindicato Rural que tem como parceiros a Prefeitura Municipal, IFTO, Naturatins, ITECA, Jornal Correio do Povo, Portal Benício e outras entidades locais.

Durante o evento foi proposto a criação de uma entidade envolvendo parceiros de Paraíso e toda região do Vale do Araguaia. Inscrições para participar do projeto continuam sendo feitas no Sindicato Rural, segundo o presidente José Antônio.

Em 2015, cidades como Paraíso, Pium, Marianópolis, Cristalândia e outros municípios da região tiveram problemas com a falta de água. Por isso, a preocupação em proteger o meio ambiente deve ser de todos.

Sobre o Programa de Proteção de Nascentes

O Programa de Proteção de Nascentes foi lançado em março de 2015 com a meta de proteger mil nascentes até o final de dezembro deste ano. O número de nascentes protegidas será divulgado essa semana, pelo Sistema CNA/SENAR.

Saiba mais sobre o programa: <http://www.canaldoprodutor.com.br/sobre-sistema-cna/projetos-e-programas/programa-especial-de-protecao-de-nascentes#wrapper>

Empreendedorismo no campo, a salvação da lavoura – CNA. 07/12/2015.

Curitiba / Paraná (07 de dezembro de 2015) - “O empreendedorismo é o caminho para o futuro.” A frase é do engenheiro-agrônomo Xico Graziano, autor de diversos livros sobre agricultura e economia, e sintetiza a estratégia trilhada pelo Sistema FAEP/SENAR-PR na construção do Programa Empreendedor Rural (PER).

Na última sexta-feira (04), cerca de 5 mil produtores rurais de todas as regiões do Paraná participaram do evento de encerramento do PER, realizada no *ExpoTradeConvention Center*, na região metropolitana de Curitiba. Na ocasião, foram apresentados os vencedores do concurso, que premia os três melhores projetos de negócio desenvolvidos pelos participantes do programa. O PER é realizado pela FAEP, em parceria com o Sebrae e com a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep).

Segundo Graziano, que realizou a palestra magna do evento, nos últimos dois anos o cenário econômico tornou-se bastante adverso, reflexo de diversos fatores, entre eles a crise política que atravessamos atualmente. Nesse contexto, nossa economia encolheu, e os efeitos dessa situação só não foram piores porque – mais uma vez – o agronegócio foi o salvador da Pátria. “Sem a força da agropecuária, o Brasil estaria quebrado”, afirmou.

Para ilustrar essa afirmação, Graziano apresentou dados que mostram o Brasil nos últimos lugares de diversos rankings internacionais que avaliam a transparência das instituições, a qualidade da logística e muitos outros fatores que limitam e prejudicam a competitividade da nossa economia.

É apenas no campo que essa realidade começa a mudar. Segundo dados apresentados pelo palestrante, a produtividade do agronegócio brasileiro cresce a uma média de 3,5% ao ano, levando o país a um patamar bem superior a grandes produtores mundiais, como os EUA. Para se ter ideia, as exportações agrícolas cresceram nos últimos oito anos impressionantes 468%.

O segredo dessa pujança, segundo Graziano, está na dedicação e no empreendedorismo do produtor rural, qualidades incentivadas pelo Sistema FAEP/SENAR-PR. “Vou a três Estados por mês e nenhum faz isso que vocês fazem. É por isso que os agricultores do Paraná estão entre os melhores do mundo”, afirmou.

Protagonismo rural

O protagonismo dos empreendedores rurais do Paraná também foi destacado pelo presidente do Sistema FAEP, Ágide Meneguette, que elegeu a data como “um dia para

refletirmos sobre o nosso destino como nação”. Segundo o dirigente, passamos por momentos difíceis, com desemprego e inflação crescentes, turbulência política e outras dificuldades que minam nossa esperança.

“As reformas necessárias – trabalhista, previdenciária, política e tributária – foram esquecidas, e assim o país marcha sem rumo”, disse. Na opinião do dirigente, falta uma liderança nacional forte “que nos tire dessa enrascada política, social e econômica”.

Segundo Meneguette, o agronegócio deve ser valorizado. “Com os seus sucessivos saldos na balança comercial internacional, é o setor agropecuário que ainda está segurando o Brasil, e este setor somos nós, os agricultores e pecuaristas. Os empreendedores rurais”, assinalou.

Também presente no evento, o governador Beto Richa destacou a contribuição do PER na formação de uma nova geração de empreendedores no Estado. “É uma belíssima e didática iniciativa da FAEP. Uma sagração o trabalho do campo”. Segundo ele, “Sem a nossa agropecuária não teríamos conquistado o posto de quarta economia mais forte do Brasil”, afirmou.

Para o presidente da Fetaep, Ademar Mueller, para superar a grave crise de confiança que o país atravessa atualmente é preciso investir no campo. “E quando falamos em desenvolvimento rural, temos que falar de empreendedorismo”, destacou.

O presidente do Sistema Fecomércio e conselheiro do Sebrae, Darci Piana, destacou a necessidade de qualificação de qualidade para preparar o produtor paranaense. Em sua opinião, o papel do PER é importante, uma vez que traz aquilo que existe de melhor em gestão. “Amanhã esses empreendedores serão empresários que estarão à disposição do crescimento do país”, afirmou.

Autoridades

Dentre as autoridades que participaram desta edição do PER estiveram o governador Beto Richa; o secretário-chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra; o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Norberto Ortigara; os deputados federais Osmar Serraglio e Ricardo Barros; o deputado estadual Elio Rush; o diretor técnico do Sebrae, Julio César Agostini; o presidente da Associação Comercial Do Paraná, Antonio Miguel Espolador Neto; o presidente da Fecomércio, Darci Piana; o representante da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo, Marcos Malta; o diretor presidente da Adapar, Inácio Kroetz; o prefeito de Formosa do Oeste, Wolnei Antonio Savaris; o presidente da Fetaep, Ademir Mueller; o presidente executivo do Sindileite e representante da Ocepar, Wilson Thiesen; o presidente da Federação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Luiz Corrêa Lucchesi; o diretor presidente do CEASA/PR, Natalino Avance de Souza; o presidente do Iapar, Florindo Dalberto; o secretário municipal do Abastecimento de Curitiba, Marcelo Franco Munaretto; a promotora de Justiça Fabia Teixeira Fritegotto Gimenez, representando o Ministério Público do Paraná; o diretor administrativo do BRDE, Orlando Pessuti; o presidente do Sindicato dos Médicos Veterinários do Paraná, Cezar Amin Pasqualin; o presidente do IAP, Tarcisio Mossato Pinto; o presidente do Instituto de Engenharia do Paraná, Nelson Luiz Gomez; o secretário de política agrícola da Contag, David Wylkerson Rodrigues; e o superintendente regional do trabalho e emprego no Paraná, Luiz Fernando Busnardo.

Também estiveram presentes o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette; o superintendente do SENAR-PR, Humberto Malucelli; os diretores da FAEP João Luiz Rodrigues Biscaia e Livaldo Gemin, além de presidentes de sindicatos rurais de todas as regiões do Paraná.

Sobre o Programa Empreendedor Rural

O Programa Empreendedor Rural aborda e trabalha a gestão da propriedade rural e o empreendedorismo das pessoas do meio rural. Estimula o debate e a formação de lideranças. Ensina a calcular custos do processo produtivo e a elaborar projetos para que os produtores rurais passem a administrar suas propriedades com eficiência, como se fossem verdadeiras empresas.

Este programa está implantado em quase todos os Estados do Brasil. O produtor rural interessado pode procurar a Administração Regional do SENAR do seu Estado para verificar a agenda de treinamentos.

BNDES quer novo fundo ambiental de R\$ 1 bi para reflorestar o país. Assis Moreira – Valor Econômico. 07/12/2015.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) planeja estruturar um novo fundo ambiental, que espera ter capital inicial de R\$ 1 bilhão para induzir um processo de reflorestamento em grande escala no país.

O plano foi anunciado por Luciano Coutinho, presidente do BNDES, após participar de evento na Conferência do Clima, em Paris. O banco quer mobilizar as empresas para serem doadoras no esforço de recuperar e preservar a cobertura florestal do país, e ajudar a cumprir o compromisso de desmatamento zero no futuro. Coutinho defendeu uma espécie de "lei Rouanet ambiental", em referência à legislação brasileira que dá incentivos para empresas e pessoas físicas que desejam financiar projetos culturais.

Para exemplificar a dimensão da demanda para projetos de recuperação ambiental enorme no país, o BNDES recentemente recebeu pedidos de 90 projetos de financiamento, totalizando mais de R\$ 300 milhões para recuperar entre 200 a 400 hectares no bioma da Mata Atlântica, quando a disponibilidade de recursos era de apenas R\$ 20 milhões.

Entre os instrumentos que tem atualmente na área ambiental, o BNDES conta com o "Fundo Clima", com R\$ 200 milhões em projetos aprovados ou contratados. Parte reembolsável é gerida pelo próprio banco e as condições são muito competitivas, com taxa de juro fixa a partir de 1,5% ao ano.

O novo fundo ambiental sugerido deverá dar apoio a projetos de proteção dos demais biomas além da Amazônia - como a Mata Atlântica e o Cerrado - nos moldes do Fundo Amazônia.

Coutinho observou que doadores conseguiram reabilitar o Fundo Amazônia. Para a nova etapa do fundo, a Noruega vai dar mais US\$ 600 milhões, a Alemanha colocou € 100 milhões e há entendimentos com outros doadores importantes. Com isso, reabilita o poder de fogo do fundo para um conjunto de iniciativas, desde apoio a unidades de conservação federal, supervisão por satélite, repressão a queimadas e desmatamento ilegal.

O banco diz que vem apoiando a formação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), que condiciona a obtenção do crédito na rede pública ao cadastramento da propriedade, de forma a verificar se há déficit em relação ao Código Florestal e que tipo de apoio pode ser oferecido para o reflorestamento. "O BNDES vai fazer um grande esforço de reflorestamento com espécies nativas, para chegar a meta de desmatamento zero", afirmou Coutinho.

A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) informou ao Valor que dispõe de € 1,5 bilhão para emprestar a projetos ligados à sustentabilidade na América Latina, dos € 7 bilhões destinados a países estrangeiros. O Brasil e a Colômbia são os que mais captam esses recursos na região. A taxa de juro é um pouco acima de 1% ao ano.

Mapa vai reestruturar e fortalecer superintendências nos estados, diz ministra – MAPA. 08/12/2015.

A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) recebeu nesta terça-feira (8) o novo superintendente federal de Agricultura na Bahia, João Cláudio Batista. Durante a audiência, ela afirmou que o Mapa monta um projeto para reestruturar e fortalecer as superintendências federais do ministério nos estados.

“Queremos o Mapa forte no Brasil todo”, disse ministra. “As superintendências não terão papel acessório, mas serão protagonistas. Buscamos inclusive colaborações, gostamos de ouvir quem está na base”, completou.

Kátia Abreu enfatizou que a Bahia terá atenção redobrada do ministério por ser um dos estados que compõem o Matopiba (região formada por Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Destacou ainda que a pasta pretende apoiar os produtores de cacau, por meio da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac, órgão vinculado ao Mapa), para impulsionar a produção e a exportação do produto.

O superintendente, que estava acompanhado do deputado federal Bacelar (PTN-PB), comprometeu-se a ajudar no combate às moscas-das-frutas na região e a manter o estado livre de peste suína clássica. “Queremos trabalhar em relação de parceria e confiança com o Mapa”, assinalou João Cláudio Batista.

Barry Callebaut aumenta compra de cacau sustentável. Camila Souza Ramos – Valor Econômico. 09/12/2015.

A companhia suíça Barry Callebaut, a maior processadora de cacau e fabricante de chocolate de alta qualidade do mundo, adquiriu no ano-safra 2014/15 (que se encerrou em 30 de setembro) cerca de 159 mil toneladas de cacau considerado sustentável, ou seja, que envolve uma produção realizada com políticas de apoio econômico e social às fazendas e com preço acima das cotações internacionais, conforme relatório de sustentabilidade divulgado pela empresa.

Houve um crescimento de 21% no fornecimento de cacau sustentável em relação ao ano-safra anterior (2013/14). No entanto, esse volume representou apenas 17% de todo o cacau que a Barry Callebaut utilizou ao longo da última temporada. Segundo seu balanço anual de resultados, a empresa processou aproximadamente 925 mil toneladas da amêndoa na safra 2014/15.

O cacau sustentável custou à Barry Callebaut 20 milhões de francos suíços, equivalente a cerca de US\$ 20,1 milhões. Para efeito de comparação, no ano-safra 2014/15 as vendas da empresa resultaram em uma receita de 6,2 bilhões de francos suíços, enquanto o lucro líquido ficou em 239,9 milhões de francos suíços.

Quase 67% do cacau sustentável adquirido pela companhia saiu de fazendas em que a Barry Callebaut já tem programas diretos de apoio aos produtores. No total, 70,5 mil agricultores que foram treinados para adotar boas práticas agrícolas forneceram cacau sustentável para a empresa.

FAEMG é parceira de projetos para Programa Produtor de Água – CNA. 09/12/2015.

Belo Horizonte / Minas Gerais (09 de dezembro de 2015) - Com menos de seis meses de existência, o Programa Nosso Ambiente, do SISTEMA FAEMG, fecha 2015 com importante rol de projetos e ações em andamento. Nos últimos dias, a entidade firmou parceria com mais um projeto contemplado pelo edital/2014 do Programa Produtor de Água, da Agência Nacional das Águas - ANA. O projeto Perobas, de Doresópolis, tem fundamental importância na promoção da melhoria da qualidade ambiental da bacia de abastecimento do córrego Perobas. Localizado na Região do Alto São Francisco (SF1), é também contribuinte na bacia do São Francisco; rio de importância nacional e que vem sofrendo atualmente sensível redução na sua disponibilidade hídrica.

Pela parceria com os projetos, o SISTEMA FAEMG oferece cursos de capacitação para os profissionais que atuarão na execução das obras de readequação das propriedades rurais. Segundo a analista ambiental da FAEMG, Mariana Ramos, essa frente de atuação é especialmente importante porque “para o objetivo que queremos atingir, que é aumentar a oferta de água, ainda há grande carência de profissionais, cursos e tecnologias disponíveis. Grande parte do conhecimento ainda está circunscrito aos centros acadêmicos”.

Ela lembra que, por outro lado, o SENAR acumulou nos últimos 20 anos uma grande experiência em capacitação para atividades agropecuárias, e tem hoje forte atuação na questão ambiental. Assim, o SISTEMA FAEMG colocou como contrapartida na parceria da formação do projeto, a possibilidade de capacitação de pessoas através do SENAR, nas seguintes especialidades: Proteção de Nascentes; Construção de Barraginhas; Práticas Mecânicas de Conservação de Solo e Água; Cerqueiro (construção de cercas); Reflorestamento; Brigadista de Emergência (combate a incêndios)

Nascentes de Pimenta

O mesmo apoio já foi oficializado pela FAEMG ao município de Pimenta, por meio do Projeto Oásis – Nascentes de Pimenta. No último encontro das Unidades de Gestão do Projeto, realizado em novembro, já foi, inclusive, anunciada a liberação de recursos pela ANA, pelo Programa Produtor de Água. A verba possibilitará trabalhos de diagnóstico, após a publicação do edital de chamamento dos produtores rurais da região para aderirem ao programa, já com os valores de pagamentos definidos.

Em ambos os municípios, o objetivo fundamental é a melhoria da quantidade e da qualidade da água na bacia. Para isso, o programa prevê a remuneração ao produtor rural pelos “serviços ambientais” prestados, favorecendo a preservação, conservação, recuperação, manutenção e ampliação de serviços ecossistêmicos.

Para Mariana Ramos, a remuneração de produtores pela produção de água é importante por tratar a questão por um viés muito mais amplo que somente a preservação: “É preciso olhar este trabalho também por seu valor econômico. Não é a sociedade pagando o produtor para recuperar um passivo ambiental, e sim a remuneração pelo serviço prestado, que é a produção de um produto essencial e de valor palpável”.

Programa Nosso Ambiente da FAEMG

Uma agenda contínua de projetos e ações de fortalecimento do desenvolvimento agropecuário sustentável em um grande programa. Este é o Nosso Ambiente, lançado em junho pelo SISTEMA FAEMG para impulsionar frentes de trabalho pela conservação dos recursos naturais em todo o estado. O programa engloba ações de recuperação e preservação de nascentes e de solo, saneamento e reuso de água, irrigação eficiente, prevenção e combate a incêndios florestais, além de eventos de conhecimento, treinamentos e capacitações.

Barry Callebaut aumenta compra de cacau sustentável. Camila Souza Ramos – **Valor Econômico. 09/12/2015.**

A companhia suíça Barry Callebaut, a maior processadora de cacau e fabricante de chocolate de alta qualidade do mundo, adquiriu no ano-safra 2014/15 (que se encerrou em 30 de setembro) cerca de 159 mil toneladas de cacau considerado sustentável, ou seja, que envolve uma produção realizada com políticas de apoio econômico e social às fazendas e com preço acima das cotações internacionais, conforme relatório de sustentabilidade divulgado pela empresa.

Houve um crescimento de 21% no fornecimento de cacau sustentável em relação ao ano-safra anterior (2013/14). No entanto, esse volume representou apenas 17% de todo o cacau que a Barry Callebaut utilizou ao longo da última temporada. Segundo seu balanço anual de resultados, a empresa processou aproximadamente 925 mil toneladas da amêndoa na safra 2014/15.

O cacau sustentável custou à Barry Callebaut 20 milhões de francos suíços, equivalente a cerca de US\$ 20,1 milhões. Para efeito de comparação, no ano-safra 2014/15 as vendas da empresa resultaram em uma receita de 6,2 bilhões de francos suíços, enquanto o lucro líquido ficou em 239,9 milhões de francos suíços.

Quase 67% do cacau sustentável adquirido pela companhia saiu de fazendas em que a Barry Callebaut já tem programas diretos de apoio aos produtores. No total, 70,5 mil agricultores que foram treinados para adotar boas práticas agrícolas forneceram cacau sustentável para a empresa.

Europa vê agronegócio brasileiro como vilão ambiental. Assis Moreira – **Valor Econômico. 09/12/2015.**

Quando Ruud Tijssens, presidente da Federação Europeia de Fabricantes de Produtos Processados (Fefac, na sigla em inglês), foi convidado a falar num almoço organizado pelo governador de Mato Grosso, Pedro Taques, nesta semana em Paris, deu uma mostra da reputação do agronegócio brasileiro no velho continente.

"ONGs na Europa reclamam que estamos comendo a Amazônia quando compramos a soja brasileira, e eu não gosto de ouvir isso", disse ele. "A verdade é que as pessoas não acreditam em vocês. Estou preocupado com a imagem negativa da soja brasileira na Europa", completou depois ao **Valor**.

O Brasil participa da Conferência do Clima com a maior delegação entre todos os países, com 850 inscritos, boa parte ligada ao agronegócio. Nunca o setor, responsável por fatia expressiva das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, se mobilizou tanto para dizer que é parte da solução e não do problema e que pode combinar produção e proteção ambiental.

O uso da terra é o maior responsável pelas emissões de gases-estufa. O Brasil possui 12% de toda a cobertura florestal do planeta, área que representa a maior reserva de biodiversidade da Terra. E é também um dos maiores fornecedores de comida do mundo.

O sentimento entre participantes de eventos organizados pela Coalização Brasil Clima, Florestas e Agricultura, em Paris, é de que o Brasil tem avanços significativos em sustentabilidade, redução de desmatamento, incluindo o Código Florestal, o Cadastro Ambiental Rural (CAD) etc.

Mas pode demorar um pouco para isso se traduzir em benefícios adicionais para o produtor brasileiro no exterior. "Os mercados mantêm barreiras, achando que produtos do Brasil continuam a ser de alto risco ambiental e social", disse Daniel Nepstad, diretor-executivo do Earth Innovation Institute, centro de pesquisa independente baseado em San Francisco (Califórnia) e com escritórios em Cuiabá, Rio Branco e Santarém.

Para Tijssens e outros participantes em Paris, vai ser necessário o setor fazer mais para demonstrar a implementação de sustentabilidade na produção de soja, carne bovina e etanol, por exemplo.

O presidente da Fefac contou que em dois anos viajou mais de dez vezes ao Brasil, procurando consolidar uma "parceria confiável" com os produtores locais. "Nos eventos brasileiros [em Paris] há poucos europeus. É preciso que os brasileiros venham contar sua história em todo lugar, especialmente no Parlamento Europeu", disse. "Os produtores dos EUA são muito ativos para contar sua história. O Brasil precisa fazer o mesmo, porque tem o que mostrar."

Para Ignacio Gavillan, diretor de sustentabilidade do Fórum Consumer Goods, que reúne grandes varejistas e processadores de alimentos, desde Carrefour e Walmart a Nestlé, Colgate Palmolive e Danone "continua a percepção de que a soja brasileira fomenta desmatamento da floresta. Os nossos membros têm meta de comprar o que vem de desmatamento zero. Queremos comprar mais produtos brasileiros, mas é preciso fazer mais na área de sustentabilidade".

Brenda Brito, do Imazon, instituto de pesquisas no Pará, apresentou estudos mostrando que o desmatamento diminuiu na Amazônia, mas que no Cerrado e no Mato Grosso a expansão da soja ocorreu em vegetação nativa, e portanto em novas áreas desmatadas.

Gustavo Junqueira, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB), diz que o Brasil está entrando na fase de convencer o mundo, que será um grande desafio. "O Brasil é visto como desmatador, mas estamos mostrando que o que está sendo feito no Brasil é incrível", disse. "O Brasil tomou a decisão de adotar o Código Florestal, que vai custar US\$ 100 bilhões em 20 anos. Qual é o produtor no mundo que tem obrigação de preservar até 80% de sua própria área com seus próprios recursos?"

Para Roberto Waack, presidente da Amata, empresa da área florestal, e também do conselho de administração do WWF Brasil, o agronegócio brasileiro "tem dificuldade de comunicar, mas está aqui e não é por ação de marketing". Na sua visão, o setor "sacou que, se fizermos direito a sustentabilidade, vamos estar com uma competitividade ainda maior" e o mundo vai constatar de vez que o Brasil terá custos menores para propiciar mais na transição para o baixo carbono. "Não devemos falar de custos, mas sim de ganhos."

"O Brasil pode liderar a restauração na agricultura", avalia Thomas Heller, presidente da ClimatePolicyInitiative, ilustrando uma posição comum em Paris, com a ressalva de que é preciso implementar os compromissos.

Quando Pedro Taques, governador do Mato Grosso, Estado que tem o maior rebanho de gado do país, anunciou a meta de erradicar o desmatamento ilegal até 2020, a reação foi de promessa de investimentos em projetos de pecuária sustentável por parte de fundos presentes. Para Taques, com a pecuária sustentável a produção passará de 50 para 95 quilos de carne bovina por hectare até 2030.

Nepstad, do Earth InnovationInstitute, vê uma mudança nas companhias internacionais. Ao invés de exigir desmatamento zero em toda a cadeia de produção, começam a reconhecer o que um Estado especificamente faz para reduzir desmatamento e emissões. "As empresas começam a pensar apenas na gestão de riscos na cadeia deles, mas também que talvez possam colaborar no processo. Há uma mudança de lógica."

Ele identifica o primeiro sinal dessa nova lógica vinda dos compradores de soja da Noruega, ao lançarem o compromisso liderado pela Denofa, do grupo Amaggi, reconhecendo os progressos em Mato Grosso. "É o tipo de sinalização que não existia. Importadores de Mato Grosso querem colaborar."

Conforme Nepstad, grandes empresas como Unilever, Nestlé, Marks& Spencer, Walmart também dão sinais de migrar para uma agenda de solucionar os problemas em nível regional em vez de tentar se isolar completamente do risco. Exigir rastreabilidade total é complicado, acha ele. "A JBS deve ter 60 mil produtores que monitoram desmatamento ilegal, trabalho escravo, conflito com terra indígena, num esforço enorme, e eles ainda não sabem de onde vêm os bezerros", exemplifica.

Depois de uma campanha do Greenpeace em 2006, o McDonald's parou de comprar soja e carne do bioma Amazônia, mas está interessado em conhecer melhor os novos programas de pecuária sustentável na região. Mas Francisco Beduschi, diretor do Grupo de Trabalho de Pecuária Sustentável (GTPS), insiste que a pecuária brasileira "precisa fazer mais para a produção ser sustentável".

Na Conferencia do Clima, o Brasil insistiu também que está inovando. Em debate aberto pelo ex-vice-presidente dos EUA Al Gore, o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho, ofereceu compartilhar a tecnologia do etanol de segunda geração.

O banco financiou as duas primeiras usinas da segunda geração de etanol no país (há outras cinco no mundo), que usarão uma cana cuja produtividade poderá ser três vezes maior, necessitando menos água e provocando menor impacto no uso da terra.

Para substituir 10% do consumo mundial de gasolina em 2025, bastarão 7 milhões de hectares com uma combinação de etanol de primeira e segunda geração - hoje, com o etanol atual, são necessários 25 milhões de hectares.

Coutinho estimou que o etanol de segunda geração brasileiro será competitivo mesmo com o petróleo abaixo de US\$ 40 por barril por volta de 2025. Pelas projeções que apresentou, o custo médio do litro de etanol de segunda geração poderá cair de US\$ 0,65 em 2016-2020 para US\$ 0,31 em 2021-2025.

Ele estimou que o ganho ambiental será significativo, com os carros com etanol reduzindo em 80% as emissões de gases em relação aos que usam gasolina. Ele insistiu que a segunda geração de etanol não entra em concorrência com a produção de

alimentos. E que o etanol da primeira geração só representa 2% das terras aráveis cultivadas no Brasil.

O discurso de Coutinho foi recebido com calorosos aplausos. Mas em outro evento, a presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), Elizabeth Farina, começou sua intervenção com uma pergunta: "O setor sucroalcooleiro é de baixo carbono? A resposta é sim. E não, não fazemos etanol na Amazônia. E não, o Brasil não deixa de produzir comida para produzir etanol".

Diante do ceticismo que encontra, porém, Farini admite que terá muito trabalho de convencimento a fazer nos próximos anos.

Agroecologia: os desafios econômicos, sociais e ambientais da agricultura familiar. NajjarTubino. Carta Maior, 09/12/2015

Cáceres (MT) – A pesquisa Promovendo Agroecologia em Rede, que a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) está realizando no país, envolvendo sete regiões brasileiras, com o apoio da Fundação Banco do Brasil e do BNDES na realidade traça um retrato da agricultura familiar no momento histórico. Sem contar as diferenças de ambientes, no caso em questão, Cerrado, Pantanal e região pré-amazônica, o histórico pela conquista da terra e o nível de organização das populações tradicionais, assentados, indígenas e quilombolas, e outros grupos do campo. Cáceres sempre foi o caminho para Rondônia, onde levas de migrantes oriundos do sudeste e do nordeste brasileiro chegaram para trabalhar na derrubada da floresta e posterior plantio de pastos.

A pesquisa traça uma linha do tempo do território, hoje com quase 200 mil habitantes, 11 municípios, sendo que sete deles com menos de seis mil habitantes. A conquista do oeste, a partir daqui, foi elaborada antes mesmo da ditadura, pois já em 1953, uma área de 200 mil hectares foi dividida para colonização. Os militares incentivaram a derrubada da floresta e a implantação da pecuária extensiva, usando os migrantes como mão de obra barata. Como relata Augusto Santiago, Caju, consultor da ANA que coordenou a pesquisa em Cáceres, juntamente com os técnicos da FASE. “- A história se passa numa zona de expansão da fronteira agrícola sob a Amazônia brasileira, durante o processo de mercantilização das terras, modernização da agricultura e estímulo às migrações dos anos 1950. Depois incrementado pelos incentivos fiscais oferecidos à ‘empresa agrícola’ para ocupação do Oeste durante os governos militares a partir dos anos 1960. Os trabalhadores imigrantes que ajudaram a derrubar as matas desde a região de Cáceres até o Estado de Rondônia, explorados por madeireiros e fazendeiros, formam uma massa de gente sem terra, que se organiza a partir dos anos 1990, para a conquista da terra”.

Pesquisa envolve realidades distintas

Essas informações são narrativas dos próprios agricultores e agricultoras, além dos ativistas dos movimentos sociais, que a partir de 1975 começam a se organizar por intermédio das Comunidades Eclesiais de Base, da Igreja Católica. No início da pesquisa é realizada uma Oficina Territorial para levantar o histórico da formação do território e da movimentação social dos seus atores. Uma narrativa de lutas, que define bem a distribuição de terra para os latifundiários que disseminaram a pecuária extensiva, que domina a região ainda hoje. Tiraram terra dos indígenas, nunca reconheceram um único quilombo, embora a Fundação Palmares tenha encaminhado 69 processos de comunidades locais. Somente no final dos anos 1980, com a chegada da FASE, a criação do Centro de Tecnologias Alternativas em Pontes e Lacerda e,

posteriormente, a chegada do MST que a luta pela terra ganhou relevância. Por isso mesmo, a pesquisa envolve realidades distintas nos agroecossistemas analisados – Sítio Mata Fria, no Assentamento São José Facão, o Sítio José Martí, no Assentamento Roseli Nunes e o Sítio São Benedito, na comunidade Nossa Senhora da Guia, região de morraria, uma denominação do ambiente cercado por morros.

Caminho difícil até chegar às políticas públicas

São famílias que estão em transição para a agroecologia. Produzem legumes e verduras, criam galinhas, porcos, produzem leite, ou seja, também exercem a atividade pecuária, beneficiam parte da produção, e em um dos casos exploram as frutas da região – pequi, cumbaru e babaçu. Durante a conquista da terra e da participação nos movimentos sociais surgiram três associações com objetivo de dar um destino aos produtos dos agricultores e agricultoras. ARPA, ARPEP e Associação Flor do Ipê, a primeira trabalha com hortaliças, a segunda com produtos do extrativismo e a terceira também. Até alcançar a etapa mais organizada com produtos beneficiados e acesso às políticas públicas do PAA e do PNAE o caminho foi longo durante os últimos 15 anos. E o traço maior dessa trajetória é o trabalho e o protagonismo das mulheres – a ARPEP é administrada pelas agricultoras. Erica Sato, descendente de japoneses é a presidente e integrante do núcleo familiar do Sítio São Benedito. Augusto Santiago define assim o grupo dos agricultores e agricultoras familiares em transição para a agroecologia: “- São agricultores associados a organizações locais e articulados nos movimentos sociais atuantes na região, que após a conquista da terra buscaram alternativas para o desenvolvimento em condições socioeconômicas bastante adversas. A gestão do agroecossistema é feita pelas famílias com forte protagonismo das mulheres. Em geral a produção é diversificada e produzem boa parte do que consomem, com importante participação da criação animal, especialmente o gado, na composição da renda. Valorizam a produção dos quintais e tem na horticultura uma fonte de renda e autoconsumo. A valorização do conhecimento e das experiências dos agricultores e de alguns produtos da sociobiodiversidade motiva a formação de redes locais e sua articulação nacional com demais atores do campo agroecológico”.

A contabilização de custos e ganhos não é comum

A agricultura familiar, que produz a maior parte da comida dos brasileiros e envolve mais de 12 milhões de pessoas, é uma atividade singular, muitas vezes invisível. A rede complexa que define os trabalhos dentro de um lote é muito complexa. Além da interconexão entre as várias atividades – horta, frutíferas, resíduos na compostagem, criação de pequenos animais, leite- e a possibilidade de beneficiamento coletivo, como ocorre na região, a participação social das famílias é um grande legado. A produção coletiva, a troca de experiências, de conhecimento, de sementes, de produtos são variáveis presentes na pesquisa. Assim como a dependência com o mercado externo, as compras de insumos e também de ingredientes usados na vida familiar. Tudo é contabilizado. E este é outro item que faz parte da rede de agroecologia. Na agricultura familiar a contabilização de custos e ganhos não é uma prática comum. Ninguém anota quantos pés de alface, de couve, de almeirão, quantos ovos, quantas galinhas, quantos potes de geleia venderam em uma semana. Quanto comprou de açúcar, de óleo, de sal, ou mesmo quantos maços de cigarro, para quem é fumante.

Mapa econômico, social e ambiental

Este é o trabalho que a pesquisa faz com os agricultores e agricultoras. Depois do levantamento, juntamente com os técnicos locais, faz a discussão com outros atores das comunidades para dar valor aos itens levantados. Até chegar aos atributos sistêmicos

como a autonomia dos agroecossistemas, o estoque de recursos produtivos, a diversidade, a diversidade de mercados acessados, a diversidade de rendas, a integração social, a equidade de gênero e o protagonismo da juventude. É o mapa econômico, social e ambiental dos agroecossistemas, mas também um retrato da região. Por exemplo, em Cáceres o ano de 2013 registrou a maior seca nos últimos 47 anos. A maioria das propriedades enquadradas na reforma agrária eram fazendas implantadas, já desmatadas e cercadas. Ou seja, há um déficit de reserva legal na região. As nascentes dos principais afluentes do rio Paraguai, maior bacia do Pantanal, nasce no Planalto Mato-Grossense onde o agronegócio mantém as plantações de soja, cana e algodão. Apenas 29% dos efluentes sólidos dessa região hidrográfica dispõem de rede de esgoto e apenas 19% são tratados. Alcilene Borges de Freitas, o marido José Carlos e o filho Lucas tocam o Sítio Mata Fria – José ainda trabalha como pedreiro em atividades externas. Alcilene e o filho Lucas executam a maioria das atividades da produção do leite, das hortaliças, espécies nativas, de dois tanques de piscicultura. A família dela chegou à Jauru, município vizinho, em um pau de arara na década de 1980. Depois de passar por outros lotes conseguiu chegar ao assentamento Facão, mais perto de uma cidade grande, como diz ela. Levaram três anos após a compra do lote para viabilizar a residência no local. Durante cinco anos Alcilene vendeu verdura na cidade de bicicleta – em 2012 adquiriu uma moto. Antes disso, em 2008, foram beneficiários do Programa Luz para Todos.

Dois ativistas históricos

Miraci Pereira da Silva, 63 anos e Luis Antônio Marques da Silva, 65 anos tocam o Sítio José Martí. Os dois são ativistas históricos dos movimentos sociais. Ela tem descendência indígena e ele é pernambucano. Participaram dos cursos das comunidades eclesiais de base. Luiz foi motorista do bispo Dom Máximo Bienese, que atuou na região até 1993. A relação dos movimentos sociais com a igreja durou até 1998, quando assumiu o bispo conservador José de Lima e cortou o relacionamento. Os dois já estão aposentados, mas não deixam de continuar melhorando o sítio. Querem instalar um sistema agroflorestal em meio as pastagens. O quintal é ocupado por frutíferas e plantas medicinais, além de plantas da região, que Miraci mantém e distribuiu sementes aos vizinhos. Os dois participaram de várias experiências coletivas, inclusive no assentamento Roseli Nunes onde durante muito tempo mantiveram um grupo de trabalho. O trabalho de Erica Sato é dirigido à ARPEP, associação que reúne seis grupos de extrativistas e que desde o ano passado mantém a marca “Do Cerrado”. Augusto Santiago acentua na pesquisa a relevância dos programas institucionais na organização e capacitação dos agricultores e agricultores familiares. Foi dessa forma que eles conseguiram se organizar, crescer e fortalecer as redes de agroecologia. Em janeiro de 2016, a ARPA iniciará a feira de produtos agroecológicos em Cáceres, um projeto antigo que agora sairá do papel. Caju anota em seu texto sobre o território: “- Os desafios que esse estudo se propõe enfrentar são do tamanho daqueles enfrentados nos territórios, na disputa entre modelos diametralmente opostos. A linha do tempo mostra o amadurecimento de atores e organizações sociais dedicadas à construção de um território mais humano, colaborativo, justo e inclusivo e seu ponto mais forte é o empoderamento das pessoas no curso da caminhada”.

IBGE espera queda de 0,5% da próxima safra agrícola. Daniela Amorim – Jornal O Estado de São Paulo. 11/12/2015

Já a Conab safra deve somar quase 211 milhões de toneladas, uma alta de 1,5%

Segundo a Conab, a soja apresenta o maior crescimento absoluto nas estimativas

RIO - A safra nacional de grãos deve ser ligeiramente menor em 2016, após o recorde esperado para 2015, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O segundo prognóstico para a produção de cereais, leguminosas e oleaginosas do ano que vem está em 209,3 milhões de toneladas, 0,5% inferior ao total esperado para a safra deste ano 2015, que deve totalizar 210,3 milhões de toneladas.

A safra esperada para este ano, porém, será 8,1% superior à de 2014, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de novembro. No entanto, a estimativa do último mês foi menor em 332,7 mil toneladas, uma queda de 0,2% em relação à previsão de outubro.

Já para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção de grãos na safra 2015/16, em fase de plantio, é estimada em 210,95 milhões de toneladas, 3,17 milhões de toneladas a mais, ou aumento de 1,5%, em comparação com a safra anterior 2014/15 (207,8 milhões de t).

Conforme a Conab, a soja apresenta o maior crescimento absoluto, com estimativa de aumento de 6,2 milhões de toneladas, totalizando 102,46 milhões de t. "Os ganhos de área e produtividade da cultura refletem num aumento de 6,5% na produção total do País", dizem os técnicos da Conab no texto de apresentação.

Apenas as culturas de primeira safra tiveram o plantio iniciado, que se estenderá até dezembro. As culturas de inverno, referentes a safra 2015, estão na fase final de colheita. Para as culturas de segunda safra, o plantio se iniciará a partir de janeiro.

Para o milho primeira safra e o algodão a estimativa é de queda na produção total, impulsionada pela redução na área plantada. A recuperação da produtividade de feijão resulta em aumento da produção, apesar da queda na área plantada.

De acordo com o terceiro levantamento da Conab, a área plantada com grãos deverá alcançar 58,55 milhões de hectares, o que representa crescimento de 1,1% em relação à área cultivada na safra 2014/15, que totalizou 57,94 milhões de hectares. A Conab observa que essa área equivale à primeira, segunda e terceira safras, além das culturas de inverno. Os técnicos da estatal ressaltam que, considerando apenas a área efetivamente cultivada, a estimativa é de 43,3 milhões de hectares, levando em conta que os demais 15,2 milhões de hectares equivalem a culturas sobrepostas à área de total.

Segundo a Conab, a cultura da soja, responsável por mais de 56% da área cultivada do país, permanece como principal responsável pelo aumento de área. A estimativa é de crescimento de 3,4% (1,1 milhão de hectares), alcançando 33,2 milhões de hectares na área cultivada com a oleaginosa.

O algodão apresenta redução de 1,6% (15,6 mil ha), o que representa 960,6 mil ha. "Isto é reflexo da opção pelo plantio de soja na Bahia, segundo maior produtor do País", informa a Conab.

Para o milho primeira safra, a exemplo do que ocorreu na safra passada, a expectativa é de redução de 6,7% na área (413,6 mil hectares) a ser cultivada com soja, ficando em 5,7 milhões de ha. O feijão primeira safra apresenta redução de 2,1% (21,9 mil hectares), o que corresponde a 1 milhão de ha no total.

Conab busca ações para reduzir a perda e o desperdício de alimentos no Brasil – CONAB. 11/12/2015.

Representantes da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) reuniram-se, esta semana, com a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento (Abracen), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) para discutir ações que objetivam a redução de perdas e desperdícios de frutas e hortaliças.

Uma das estratégias que apresenta grande eficiência para mitigação de perdas é o uso de embalagens adequadas. Segundo o superintendente de Abastecimento Social da Conab, Newton Araújo Junior, atualmente não há padrão de embalagem para o transporte de frutas e hortaliças no país. "O acondicionamento adequado dos produtos, além de diminuir a perda, confere agilidade no abastecimento das centrais e da rede varejista", destaca o superintendente.

Outra iniciativa visando a queda nos índices de desperdício é o aproveitamento do excedente de produtos não comercializados nas centrais, como ocorre no programa Sopa Amiga desenvolvido pela Ceasa de Recife. A partir do programa, são distribuídos 3.500 pratos e pães por dia, beneficiando 10 mil pessoas. Há, ainda, o chamado Barracão do Produtor, ação executada em Minas Gerais e outros estados do país para auxiliar os pequenos produtores na agregação de valor à produção.

O presidente da Abracen, Antônio Reginaldo Moreira, ressalta que as ações de combate ao desperdício de frutas e hortaliças também podem auxiliar no controle da inflação, uma vez que a maior oferta de produtos tende a levar a preços de comercialização mais justos no mercado. "Nesse cenário, as Centrais de Abastecimento são importantes pois regularizam os preços praticados. As Ceasas são um grande canal para comercialização da produção, principalmente do agricultor familiar", pondera.

De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), o Brasil registra desperdício na ordem de 30% da produção de frutas e hortaliças na fase pós-colheita.

Ameaçado o primeiro Assentamento Agroecológico do Rio de Janeiro. O mais grave é que o laudo do MPF nega a possibilidade de permanência das famílias e ignora a potencialidade ambiental de um modelo inovador. Léa Maria Aarão Reis. Carta Maior, 13/12/2015

Movimento social que vem sendo cada vez mais conhecido pela população de consumidores cariocas verdes e ambientalistas, a Rede Ecológica funciona programando compras coletivas de produtos agroecológicos ou orgânicos há 15 anos. Reúne, aproximadamente, 250 famílias distribuídas por 11 núcleos – quatro deles na Zona Sul do Rio de Janeiro, um na Zona Norte da cidade, três na Zona Oeste, um em Niterói, outro em Nova Iguaçu e, por fim, um em Itaipava. O lema do grupo é sugestivo: Campo e Cidade se dando as mãos, que é também o título de um excelente documentário de autoria do cineasta Noilton Nunes, à disposição no youtube. Um dos focos mais significativos da Rede, que trata da aproximação com os agricultores procurando acompanhar as suas questões, atualmente se concentra na preocupação com o destino do Assentamento Oswaldo de Oliveira, em Macaé, primeiro agrupamento agro ecológico

do estado cujas pessoas se encontram na iminência de um despejo. Atualmente, famílias se revezam em acampamento improvisado na frente do local com medo que o despejo seja feito a qualquer momento, a qualquer hora. “Tínhamos acabado de iniciar uma parceria com o pessoal de lá, assentado no local há dois anos com cerca de 54 famílias que vivem e trabalham neste primeiro assentamento agroecológico do Estado do Rio de Janeiro, e começando a fazer compras coletivas dos seus produtos,” explica MíriamLangenbach, uma das fundadoras da Rede Ecológica. “Caso elas forem despejadas não terão para onde ir.” Movimentos sociais da cidade de Macaé e de Rio das Ostras, outros de universidades públicas, como UFRJ e UFF; grupos de consumidores conscientes e diversos advogados, assim como a própria Rede Ecológica estão se mobilizando para tentar mostrar a importância deste assentamento, e se contrapor ao processo de reintegração de posse atualmente em curso. Documentos, abaixo-assinados, cartas de cerca de 30 instituições, e um ofício foram encaminhados, esta semana, ao juiz da I Vara Federal da comarca de Macaé, Ubiratan Cruz Rodrigues, solicitando “preservar e estimular o desenvolvimento do primeiro assentamento que se compromete integralmente com este tipo de proposta, algo fundamental para o movimento agro ecológico do Estado.” “Removê-lo,” continua a petição, “significa ameaçar e desestimular os projetos de reprodução desse modelo essencial para a qualidade de vida da população. Além de outras atividades de formação, as famílias do assentamento estiveram presentes em atividades relacionadas à certificação participativa junto a diversas entidades, entre elas o MAPA (Ministério da Agricultura), o que reforça o seu compromisso e sua organização interna com vistas à comercialização de alimentos certificados.” Até o dia 17 este mês (dezembro) será anunciada a decisão judicial que determinará o destino dos agricultores do Oswaldo de Oliveira, presentes na Feira Estadual da Reforma Agrária, no Largo da Carioca, no Largo da Carioca, Centro do Rio de Janeiro onde estiveram, há dez dias, participando da feira montada duas vezes por ano, com produtores de assentamentos de várias regiões. O MST pretende que a sua realização seja mensal, em 2016. Há um mês essas 54 famílias do Assentamento Oswaldo de Oliveira vivem apreensivas sob ameaça de despejo após a ação de reintegração de posse movida pelo empresário José Antônio Barbosa Lemos, sócio proprietário da rádio Campos Difusora, de Campos dos Goytacazes, norte do Rio de Janeiro. A propriedade pertencia ao empresário e corresponde a 1.650 hectares, equivalente a 16,5 km² - um pouco menor que o município de Nilópolis, na Baixada Fluminense do Rio. A reintegração foi concedida a partir de decisão do Tribunal Regional Federal (TRF) sob alegação de que o juiz da 1ª Vara Federal deveria ter apreciado primeiro a ação civil pública, promovida pelo Ministério Público Federal (MPF). A ação do MPF visa garantir um modelo de assentamento diferenciado na região, resguardando o meio ambiente. No entanto, o laudo emitido por técnicos do MPF contesta a desapropriação da Fazenda Bom Jardim, realizada para fins de Reforma Agrária, em 2014. De acordo com Fernanda Vieira, da assessoria jurídica do MST, o documento é constituído por elementos que colocam em dúvida a capacidade produtividade do Assentamento. “O mais grave é que o laudo nega a possibilidade de permanência das famílias, ignora a potencialidade ambiental de um modelo inovador, nacionalmente reconhecido, e aponta para a manutenção da ocupação territorial a partir de um único proprietário privado”, afirma. Para se ter ideia do sucesso do trabalho dos assentados, em apenas um ano e dez meses de existência, numa área que corresponde a apenas 3% da extensão de terras que constitui o Oswaldo de Oliveira, eles listaram aproximadamente 60 variedades de produção agrícola. Aipim, milho, abóbora, feijão, arroz, entre outros, todos ‘limpos’ e de alta qualidade. Os produtos são comercializados nas feiras da região, nas universidades, na Universidade Federal

Fluminense (UFF), em Rio das Ostras, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em Macaé. Há também atividades que os assentados mantêm junto à prefeitura, uma delas a entrega direta a um grupo de consumidores das regiões de Macaé, Rio das Ostras e Búzios. “Assim que começamos a colher alguma coisa, três meses depois de trabalhar a área, começamos a participar das feiras vendendo a produção que as famílias retiravam ao redor das barracas. Hoje, a maioria delas vive da sua própria produção”, conta Diego Fraga, dirigente estadual do MST. Em um país que ostenta a segunda posição mundial em concentração fundiária e o primeiro lugar do mundo em consumo de agrotóxicos em seus alimentos, a medida de reintegração causaria estranheza e constrangimento. Trata-se de um projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) que cria um assentamento diferenciado buscando integrar agricultura familiar camponesa e a conservação ambiental, em sintonia com a agroecologia. Por isto este assentamento assume um papel pioneiro e exemplar.

O outro aspecto importante, de acordo com relatório de acompanhamento da área elaborado por professores de diferentes especialidades da UFF/ Polo Rio das Ostras, a qualidade de vida dos assentados deu um salto positivo, se comparada com o período que se encontravam acampado na região, em 2012. Segundo informações divulgadas no relatório, doenças comuns em idosos e crianças foram erradicadas apenas com mudanças no cotidiano das famílias e, principalmente, por causa das novas relações de cultivo da terra. “O laudo MPF não se refere à saúde das famílias que vivem no assentamento. Parece que não existe gente na região”, diz Diego Fraga, do setor de produção do MST. Segundo os Sem Terra, o laudo emitido pelo MPF pode ser considerado antiambiental. Pretende fazer a reintegração de posse da fazenda ao empresário Barbosa Lemos, que praticava pecuária extensiva em Áreas de Proteção Permanente (APPs). “E não se pode esquecer que há um mercado consumidor que cresce, aceleradamente, nas cidades grandes como Rio de Janeiro e Niterói,” conclui Míriam. “Ele é visível pelo número de feiras orgânicas que se multiplicaram nos últimos dois anos, por toda a cidade do Rio. Niterói deve seguir no mesmo caminho. Lá, há grupos de compras coletivas que também começam a ganhar força, e grupos como o Comida da Gente, Junta Local e grupos na internet que entregam cestas de produtos a domicílio.” A demanda está crescendo aceleradamente, lembra MíriamLangenbach. As pessoas estão preocupadas com o alto índice de incidência de câncer e com a obesidade, entre outros distúrbios ocasionados, em parte, pela alimentação contaminada. “E a campanha contra os agrotóxicos faz um trabalho muito sério de denúncia,” ela diz. “Temos que investir e fazer tudo para que os assentamentos agroecológicos sejam um sucesso. Eles são coletivos politicamente formados, o que é uma raridade, e com a meta de fornecer alimento de verdade, saudável para a população.”

Cooperação e intercâmbio Brasil- África promove profissionalização do ofício de agricultor familiar – FETRAF. 14/12/2015

Dividir, compartilhar, trocar. Com a intenção de multiplicar, o intercâmbio de Brasil-África permitiu aos agricultores familiares da região dos Grandes Lagos, na África, conhecer um pouco mais sobre como os produtores no Brasil comercializam a produção por meio de políticas públicas que o tornaram referência no combate à fome e à miséria e evidenciar a importância da organização sindical e social para garantir acesso à política pública.

Com produtores da Etiópia, Burundi, Kigali, Senegal e Moçambique, o diálogo com as organizações africanas ocorreu no sentido de trocar experiências e pautar a dinâmica do Programa de Compras Públicas de Alimentos como o de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), com ênfase ao acordo de Cooperação Sul/Sul- Brasil-África.

Representando a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Brasil (FETRAF-BRASIL), entidade que representa a categoria no país,

Elvio Motta, coordenador Nacional de Habitação Rural, secretário Geral e de Comunicação da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da CUT no Estado de São Paulo (FAF/CUT-SP) e presidente da Cooperativa de Habitação da Agricultura Familiar de São Paulo (COOPERHAF-SP), participou do intercâmbio.

Com palestras e visitas às comunidades rurais Motta, ressaltou a importância de fazer uma análise para entender um pouco do universo brasileiro e, a atuação das organizações de representação dos trabalhadores do campo, que são responsáveis por ter colocado na pauta do governo a necessidade de implementar políticas específicas para a categoria que produz todos os alimentos que a população consome

“Quando falamos do território o brasileiro, estamos falando de 8.516.000 quilômetros quadrados, de dimensão continental. Quando olhamos para o Brasil, olhamos para um país com cinco macrorregiões, com uma diversidade sociocultural extremamente grande. Olhamos para uma população de mais de 200 milhões de pessoas e distribuídas nesse território geograficamente diverso, com climas e biomas diferentes, com cenários socioculturais diferentes, como a agricultura camponesa do sul do país que é tipicamente tradicional, oriunda de colonos e ex-colonos que estão na terra, descendentes de imigrantes europeus. O Nordeste, oriunda de camponeses que tem a dimensão cultural dos povos africanos, dos povos indígenas. Com isso, a operacionalização dos programas, o que os torna exemplos a serem replicados para outros países é justamente a organização e gestão dos agricultores familiares sobre eles”, destacou Motta.

“São as organizações que fazem a luta e travam o diálogo tanto com as esferas de governo, quanto com as bases, com os agricultores familiares. Que nas cooperativas e associações fazem os projetos para acesso ao PAA e disputam as chamadas públicas do PNAE, abastecem bancos de alimentos, centros de assistência social, cuidam da logística, entrega e condicionamento dos produtos para milhares de crianças da rede pública de ensino”, pontuou.

A cooperação entre o Brasil e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) tem se fortalecido no sentido de promover o combate à fome e à miséria, em especial por meio da troca de experiências entre o Brasil e países da América Latina, Caribe e África.

O intercâmbio na África ocorreu de 4 à 11 de dezembro, e contou além das visitas às propriedades rurais, às plantações e diálogos com líderes das organizações de agricultores familiares e de comunidades.

Ministra destaca atuação do novo chefe da Embrapa Monitoramento por Satélite – MAPA. 14/12/2015.

O novo chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, Evaristo Eduardo de Miranda, tomou posse nesta segunda-feira (14) durante solenidade na sede da empresa, em Campinas (SP). A ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento) homenageou o pesquisador com um certificado de agradecimento pelo trabalho desenvolvido na Embrapa, especialmente na elaboração do Código Florestal. “Só mesmo o Evaristo, com seu brilhantismo e sua inteligência, para fazer aqueles estudos na época do Código Florestal, que tanto nos ajudaram a regularizar a situação dos nossos produtores rurais”, lembrou a ministra.

“Sempre digo que há dois tipos de pessoas, as que querem deixar legado e as que não querem. O que nos motiva a viver é deixar boas recordações, boas lembranças, espírito público. Você aglutina tudo isso, Evaristo”, elogiou Kátia Abreu.

Na cerimônia, a Embrapa também lançou um sistema de informações geográficas online (WebGIS) do Matopiba (território formado por partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia) totalmente aberto à população para consultas, com mapas e dados da região.

Desafio

Miranda, nomeado em agosto pela Diretoria-Executiva da Embrapa, substituiu o também pesquisador Mateus Batistella e terá um mandato de três anos, prorrogáveis por mais três.

Durante a cerimônia, Evaristo de Miranda afirmou que o centro de pesquisa trabalhará para aproximar a produção agropecuária dos polos de consumo e de distribuição. O novo chefe também destacou o fim da pobreza rural como um dos eixos de sua atuação na Embrapa.

“Esse é um grande desafio. Oitenta por cento dos agricultores são pobres e sabemos que a tecnologia agrícola é fundamental e determina em muito a renda do produtor. Vamos colaborar com a questão da governança agrária. Quem quer produzir no Brasil deve ter apoio para isso”, afirmou Miranda.

O pesquisador destacou ainda que a produção agropecuária brasileira atualmente ajuda a matar a fome de um bilhão de pessoas no planeta, mas enfrenta desafios territoriais para continuar crescendo. “A agricultura está cada vez mais complexa e enfrenta grandes questões territoriais. Essa unidade da Embrapa foi construída para isso: apoiar a agricultura brasileira em sua dimensão territorial”, disse.

Etanolduto avança, apesar da crise das usinas. Fabiana Batista – Valor Econômico. 14/12/2015.

Projetado para ser a principal artéria a bombear o etanol produzido no Centro-Sul do país até os grandes centros consumidores do Sudeste e ao mercado externo, o etanolduto construído e operado pela Logum Logística ainda opera com 60% de ociosidade, três anos após ter sido inaugurado, e as tubulações construídas até agora representam menos de 30% do total previsto no projeto original. Ainda assim, a fotografia atual da Logum, reflexo da interrupção do "boom" do etanol no país e no exterior nos últimos anos, parece menos turva.

Neste ano, o volume transportado já foi consideravelmente maior. A Logum já movimentou o dobro do realizado nos 12 meses de 2014, e pretende seguir crescendo em 2016. De janeiro a novembro, foram 2,1 bilhões de litros e, até o fim de dezembro, o total anual deve chegar a 2,3 bilhões, conforme previsão da própria empresa. Em 2014, foram 1,014 bilhão de litros.

Como tem uma capacidade anual para cerca de 6 bilhões de litros, a ociosidade, apesar do avanço ainda ficará em 60%. A companhia não disponibilizou um porta-voz para falar sobre sua estratégia, mas sua expectativa é chegar a 3 bilhões de litros, o que reduziria mais um pouco essa ociosidade, agora para 50%.

A meta é considerada ambiciosa pelo mercado. As usinas das regiões de Ribeirão Preto, em São Paulo, e Uberaba, em Minas Gerais - por enquanto os dois únicos pontos de captação de etanol do duto -, produzem juntas menos de 3 bilhões de litros. A estimativa é que as 27 usinas instaladas no polo paulista, formada por 13 municípios, ofertam cerca de 2 bilhões de litros, enquanto as unidade do centro mineiro agregam entre 300 milhões e 400 milhões de litros. Todo o Centro-Sul do país deverá produzir no ciclo atual (2015/16) um pouco mais que 27 bilhões de litros.

Até agora, cerca de R\$ 1,8 bilhão foram investidos para construir 352 quilômetros de dutos ligando a produção de etanol de Uberaba e Ribeirão Preto ao polo petroquímico de Paulínia, também em São Paulo -, onde se concentram as principais distribuidoras de combustíveis do país.

O projeto original, adiado até que a produção de etanol no país volte a crescer, previa a construção de 1,3 mil quilômetros ao longo de 45 municípios nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Previa, ainda, a integração ao sistema hidroviário com utilização de barcaças na bacia Tietê-Paraná - cujas obras estão paralisadas.

Após os investimentos já feitos - com uso de recursos vindos de "empréstimos-ponte", uma vez que ainda não foi aprovado o financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) -, os sócios agora estão realizando aportes de capital para bancar a operação, que ainda não traz retorno suficiente. Em 2015, os acionistas aportaram R\$ 120 milhões, divididos de forma proporcional de acordo com as respectivas participação. A Logum afirmou que não comenta assuntos relacionados a seus acionistas.

No bloco de controle da Logum estão a Copersucar, maior trading de etanol do mundo, a Raízen (joint venture entre Cosan e Shell), maior produtora de etanol e segunda maior distribuidora de combustíveis do país, a Odebrecht Transport e a Petrobras - cada uma com 20% de participação. A Camargo Corrêa, que chegou a negociar sua saída do negócio, permanece no capital com 10%. A Uniduto Logística é dona dos 10% restantes.

Ao **Valor**, fontes próximas à Logum afirmaram que a estratégia da empresa para crescer, apesar da crise do segmento de etanol no país, será ampliar a capilaridade da entrega do biocombustível, hoje restrita a Paulínia, Barueri (SP) e Duque de Caxias (RJ). O foco é fazer com que o etanol de Uberaba e Ribeirão Preto chegue às cidades de Guarulhos e São Caetano, na Grande São Paulo - o que depende, contudo, de uma reorganização dos fluxos dos dutos da Petrobras para essas regiões, atualmente ocupados com outras demandas.

Conab e governo de Minas Gerais assinam acordo visando fortalecimento da agricultura familiar – CONAB. 15/12/2015.

Nesta terça-feira (15) a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o governo de Minas Gerais assinaram acordo de cooperação técnica com foco no fortalecimento da agricultura familiar. A parceria prevê a capacitação de agentes públicos como facilitadores na elaboração de projetos pelas associações e cooperativas, para participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A partir de agora, cabe à Conab orientar e capacitar técnicos da Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Integração do Norte e Nordeste do estado (Sedinor) e do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste mineiro (Idene) sobre a elaboração de projetos que viabilizem o acesso dos agricultores familiares às diversas modalidades PAA.

A Companhia também deverá repassar à Sedinor e ao Idene as normas referentes à realização dos cadastros individuais dos beneficiários do Programa de Vendas em Balcão.

Em contrapartida, o governo de Minas Gerais, por meio do Idene, deverá participar da elaboração dos projetos do PAA. O Instituto também será responsável pelo cadastro de beneficiários do Vendas em Balcão, respeitando as normas do programa. À Sedinor caberá a comunicação de irregularidades identificadas no cadastro dos beneficiários.

O acordo foi firmado durante a inauguração da nova sede da Superintendência Regional da Conab em Minas Gerais.

Experiência em manejo agroecológico no Paraná recebe premiação nacional – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 15/12/2015

Uma experiência desenvolvida em um assentamento da região Noroeste do Paraná recebeu premiação durante o Seminário Nacional de Boas Práticas de Ater, promovido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) no início de dezembro. O projeto foi escolhido como uma das 57 melhores práticas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) na agricultura familiar e reforma agrária desenvolvidas em todo o Brasil.

O projeto vencedor contempla a implantação de uma unidade demonstrativa de Pastoreio Racional Voisin (PRV) no assentamento Luiz Carlos Prestes, localizado no município de Querência do Norte (PR). O projeto do Instituto Biosistêmico (IBS) foi premiado no eixo denominado “Ater para Públicos Específicos” na categoria “Assentados da Reforma Agrária”. A entidade foi contratada pelo Inbra, através de chamada pública, para prestação de assistência técnica a assentamentos de reforma agrária no Paraná. O contrato, encerrado no mês passado, teve vigência de dois anos.

Segundo Thaís Lima, coordenadora de gestão de Ater do IBS, a proposta foi trazer a agroecologia como um novo modelo de agricultura, em contraponto ao modelo convencional. “A implantação do PRV é uma forma eficiente de produzir leite limpo, garantindo a sustentabilidade ambiental e econômica da propriedade e o bem-estar social da família envolvida”, explica.

A unidade demonstrativa foi instalada no lote do assentado Josemar Antônio Martinkoski. Ele contou que a produtividade de leite aumentou bastante depois da implantação da Unidade Demonstrativa de PRV, mesmo mantendo a mesma área de

pastagem e o mesmo número de animais no rebanho. “Consegui reduzir muitos custos, principalmente com o uso de ração e medicamentos. Hoje sobra pasto para os animais. É uma tecnologia que eu não conhecia e que somente com a assistência técnica pude desenvolver e melhorar a qualidade de vida da minha família”, disse.

No Paraná, o Pastoreio Racional Voisin também foi implantado pelo Instituto Biosistêmico nos assentamentos Zumbi dos Palmares, em Querência do Norte; Companheira Roseli Nunes, em Amaporã; e 17 de Abril, em Santa Cruz de Monte Castelo.

Pastoreio Racional Voisin

Proposto pelo cientista francês André Voisin, o PRV é uma tecnologia de manejo racional do ecossistema planta/solo/animal que oferece vantagens econômicas, sociais e ambientais. Segundo a técnica Thaís Lima, o principal resultado identificado até agora, e que impacta diretamente na renda das famílias, é a melhoria da qualidade do pasto, reduzindo a necessidade de suplementação alimentar com ração, farelo, concentrado ou até mesmo silagem.

Outro resultado importante foi a redução dos custos com medicamentos para controle do carrapato. A utilização de piquetes pequenos, com rotação diária dos animais, possibilita a interrupção do ciclo do carrapato, diminuindo risco de infestação e doenças.

As experiências com PRV nos assentamentos do Paraná, promovidas pelo IBS, começaram no ano de 2014, primeiro ano de contrato da entidade com o Incra através da Chamada de Ater. Através das unidades demonstrativas, foram implantadas três áreas para experimentação em 2014 e mais uma em 2015. Com a difusão da tecnologia, outros agricultores têm aderido e aos poucos têm implantado pequenas áreas em seus lotes.

UA em Formoso do Araguaia aposta em responsabilidade ambiental – CONAB. 16/12/2015.

A Unidade Armazenadora da Companhia Nacional de Abastecimento em Formoso do Araguaia, no Tocantins vem dando exemplo de compromisso com a sustentabilidade, responsabilidade social, viabilidade econômica e respeito ambiental.

Em vez de utilizar lenha, a unidade utiliza briquetes feitos de palha de arroz, que antes não tinham utilização econômica, para alimentar as fornalhas durante o processo de secagem dos produtos recebidos. Para a produção, a Superintendência Regional da Conab no Tocantins compra a palha no mercado local e fabrica os briquetes na própria UA, gerando uma economia de 50% caso os briquetes fossem adquiridos no mercado local.

Neste ano foram produzidas cerca de 180 toneladas. "Além da preservação do meio ambiente, a iniciativa gera empregos para a população local", destaca o gerente da UA de Formoso do Araguaia, Rogério Silva.

Para CNA, dados do Censo Agropecuário 2016 darão subsídio para elaboração de Políticas Públicas – CNA. 16/12/2015.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) anunciou, nessa segunda-feira (14/12), a contratação de mais de 80 mil pessoas para realizar o Censo Agropecuário 2016. A pesquisa faz o levantamento dos dados dos estabelecimentos agropecuários, florestais e aquícolas de todos os municípios brasileiros. Para a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), as informações coletadas darão subsídio para elaborar políticas públicas destinadas ao produtor rural. “O Censo trará um diagnóstico detalhado sobre as características do produtor e da propriedade e isso será útil para formular políticas públicas para o avanço do setor”, afirma o Superintendente Técnico da CNA, Bruno Lucchi.

Dentre as informações que serão apuradas pelo IBGE estão as diferentes práticas agrícolas, formas de ocupação da área, manejo e conservação do solo, utilização de defensivos agrícolas, agricultura orgânica, atividades aquícolas e agricultura familiar. “O último Censo foi feito há dez anos e desde então, ocorreram muitas mudanças no setor da agricultura, pecuária e agroindústria. A CNA apoia a pesquisa e acredita que poderá revelar os impactos dos programas e ações na vida do produtor rural e a sua evolução durante esses anos”, explica Bruno Lucchi.

A portaria, autorizada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e publicada no Diário Oficial da União, prevê a contratação por tempo determinado de 223 analistas censitários, 486 agentes censitários regionais, 700 agentes censitários administrativos, 5.500 agentes censitários municipais, 12.540 agentes censitários supervisores, 174 agentes censitários informativos e 62.400 recenseadores.

De acordo com o texto da portaria, as contratações das 82.023 pessoas serão feitas por processo seletivo simplificado, observados ordem de classificação e os critérios e condições estabelecidas pelo governo, sendo o prazo de duração dos contratos de até um ano, com possibilidade de prorrogação até o limite máximo de três anos.

BrasilAgro faz planos de aquisições. Mariana Caetano – Valor Econômico. 16/12/2015.

A BrasilAgro, empresa com foco no desenvolvimento de terras agrícolas, pretende fazer novas aquisições de fazendas no curto prazo. “Eu ficaria um pouco surpreso se em três meses não houver uma nova aquisição. E muito surpreso se isso não acontecer dentro de seis meses”, disse Julio Toledo Piza, CEO da companhia, em evento que reuniu investidores e analistas ontem. “Estão acontecendo negociações o tempo inteiro. Esperem aquisições interessantes”, adiantou.

O executivo reiterou que a BrasilAgro está em um momento mais “seletivo” em termos de desenvolvimento de terras e de venda do portfólio. “Mas as compras começam a parecer interessantes, e nossa alocação de capital passa a mirar nessa direção”, disse.

Os arrendamentos também entraram no radar, tanto que a empresa aumentou a área arrendada de cana-de-açúcar. A BrasilAgro encerrou há três dias a safra de cana, com a produção de um milhão de toneladas. “A cana vinha perdendo rentabilidade para soja e milho em Goiás, sul de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Hoje o jogo virou, e a cana entrega margens superiores”.

Ao todo, a companhia já obteve R\$ 500 milhões em vendas de fazendas e tem o portfólio avaliado em R\$ 1,05 bilhão. Em junho, vendeu por R\$ 270 milhões os 27.745 hectares da fazenda Cremaq, em Baixa Grande do Ribeiro (PI), pertencente à nova fronteira agrícola do país. Agora, a BrasilAgro está mais interessada em áreas consolidadas, a exemplo de Mato Grosso. "Hoje, áreas novas têm margens negativas ou próximo de negativas. Então, faz mais sentido, para o momento de mercado que vivemos, áreas consolidadas".

Com o caixa reforçado e a ausência de dívidas em dólar, a BrasilAgro sente-se confortável para aproveitar oportunidades de aquisições. "Toda a cadeia de valor passa por um momento crítico do ponto de vista do balanço [financeiro]. Podemos entrar e ajudar esses balanços estressados", afirmou o executivo. No ano fiscal de 2015, encerrado em 30 de junho, a BrasilAgro teve um lucro líquido de R\$ 180,8 milhões.

A Bahia, onde a BrasilAgro tem parte importante de suas operações, tem "sofrido barbaridade" com o clima nos últimos anos, avaliou o CEO. Segundo ele, a produtividade da companhia na região tem variado de 12 a 53 sacas de soja por hectare. "Mas essas 50 e poucas sacas me levam a crer que toda a fazenda pode produzir isso. É o tempo de aguentar o tranco até lá".

O Piauí vem de bons anos, assim como Mato Grosso, avaliou Piza. Mas o executivo segue particularmente entusiasmado com o Paraguai - uma região "bárbara", classificou. "Estamos descobrindo como produzir no Chaco. O custo é infinitamente menor que no Brasil". Tomando como base a perspectiva de um rendimento "módico" de pouco mais de 30 sacas de soja por hectare, detalhou Piza, a previsão é de uma margem de US\$ 150 por hectare em 2015/16. "Mas temos o desafio de seca, logística e mão de obra".

COP-21: Para reduzir Gases de Efeito Estufa, CNA defende medidas imediatas do Governo – CNA. 18/12/2015.

Brasília (18/12/2015) – A contribuição do setor agropecuário brasileiro para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs), compromisso assumido pelos países que participaram da 21ª Conferência das Partes (COP-21), depende inicialmente de políticas públicas do governo, para que sejam cumpridas as metas, apresentadas para a comunidade internacional na convenção climática.

Dentre as medidas que devem ser tomadas, estão: a implementação de políticas públicas de reflorestamento; redução dos custos do financiamento às atividades sustentáveis de produção; a regulamentação total do Código Florestal; a criação de um mercado de crédito de carbono voltado ao setor agropecuário e mais investimentos em ciência e tecnologia, visando à adaptação do setor às adversidades climáticas.

Estas são algumas iniciativas defendidas pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) em relação às metas apresentadas pelo governo brasileiro na Conferência. Para o presidente da CNA, João Martins, as medidas devem considerar o aspecto econômico da propriedade rural. "Buscamos um modelo que atenda as exigências ambientais, mas que permita a exploração econômica destas áreas e possibilite o aumento da renda do produtor rural", afirma.

O setor produtivo rural brasileiro, ao longo dos anos, vem contribuindo decisivamente para a redução das emissões de GEEs, com a adoção de tecnologias de baixa emissão de gases de efeito estufa e o sequestro de carbono no solo, com a prática do plantio direto e, ainda, pelo aumento da produtividade, o que reduz a pressão sobre a vegetação nativa

remanescente, evitando as emissões decorrentes da conversão destas áreas para uso alternativo do solo.

Mesmo enfrentando séria crise econômica, que também atinge, nas suas devidas proporções, o setor agropecuário nacional, o Brasil ofereceu as maiores metas de redução, superiores às da União Europeia. Na avaliação da CNA, para que estas propostas apresentadas pelo governo brasileiro sejam cumpridas, é preciso reduzir os juros e os custos do financiamento. Considerando-se um custo de R\$ 15 mil/hectare, seriam necessários, apenas para o reflorestamento de 12 milhões de hectares, R\$ 180 bilhões.

A entidade ressalta, ainda, que alguns dispositivos do Código Florestal ainda não estão regulamentados, como a compensação ambiental de reserva legal fora do estado, servidão florestal, a cota de reserva ambiental, o pagamento por serviços ambientais e o Programa de Regularização Ambiental (PRA), este de responsabilidade dos governos estaduais.

A Confederação defende, também, o fortalecimento institucional dos órgãos estaduais para a inscrição das propriedades rurais no CAR, condição fundamental para adesão ao PRA. Desta forma, será possível saber o tamanho do passivo ambiental a ser recuperado.

Em relação ao crédito de carbono, a CNA considera que o acordo pode estimular a criação de mercados internacionais e domésticos. No entanto, a entidade opõe-se à taxação sobre qualquer emissão, pois esta iniciativa representaria risco à competitividade do setor agropecuário brasileiro. Ações relacionadas à pesquisa e ao desenvolvimento de biotecnologia e melhoramento genético, para adaptação e resistência de espécies animais e vegetais às adversidades climáticas, decorrentes do aumento da temperatura do planeta, evitando perdas na produção e melhorando a produtividade, também são defendidas pela Confederação, para evitar que a conta do aquecimento global recaia com maior peso sobre o setor agropecuário.

Conferência - A COP-21 não definiu metas concretas, mas estabeleceu alguns compromissos por parte dos países. Entre os objetivos, estão a manutenção da temperatura do planeta abaixo de 2°C, com esforço adicional para que esta alta possa ser inferior a 1,5°C, além da substituição gradual de combustíveis fósseis por fontes de energia renováveis e a destinação de US\$ 100 bilhões para países em desenvolvimento e não desenvolvidos para conter o aquecimento global.

Os países signatários deverão elaborar e aprovar suas propostas internamente com metas de redução de emissão de GEEs. Em 2018, acontece a primeira reunião para discutir as primeiras revisões destas metas, que depois serão revistas a cada cinco anos. O Acordo de Paris entrará em vigor 90 dias após a ratificação de 55 países ou se os signatários representarem 55% das emissões globais de gases de efeito estufa.

“Ainda não resolve a questão do aquecimento global em um primeiro momento, mas a sinalização e o compromisso em reduzir a emissão foi um avanço importante. Neste contexto, o setor agropecuário brasileiro deve continuar participando ativamente dos debates sobre o clima e poderá ter papel fundamental nesse processo”, destaca o presidente da CNA, João Martins.

Atividade rural predomina em mais da metade dos municípios brasileiros – MAPA. 18/12/2015.

Agropecuária foi a atividade predominante na economia de 57,3% dos municípios brasileiros, segundo a pesquisa do Produto Interno Bruto dos Municípios de 2013, divulgada nesta sexta-feira (18) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O dado exclui o peso da atividade administração, saúde e educação públicas e seguridade social, que são analisados separadamente.

De acordo com o secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, André Nassar, os resultados apontados pelo IBGE mostram como a agricultura é importante como fonte de renda, empregos e desenvolvimento regional para uma grande parte da população brasileira. Indicam ainda que muitos municípios têm suas atividades econômicas como o comércio, serviços e atividades industriais voltadas para a agropecuária.

Segundo a pesquisa, o município de São Desidério (BA) liderou o setor em 2013. Ele era o maior produtor de algodão herbáceo do país. Além disso, também tinha na agricultura irrigada a base de sua economia.

Em seguida, aparece Rio Verde (GO). Sorriso (MT), maior produtor nacional de soja e milho, ficou na terceira posição.

O PIB da Agropecuária refere-se ao valor de tudo que é produzido pelas atividades primárias (bens e serviços) da agropecuária.

Ação cobra R\$ 71 milhões por danos com naufrágio de navio no Pará – Valor Econômico. 18/12/2015.

SÃO PAULO - O Ministério Público Federal no Pará (MPF/PA), o Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA), a Procuradoria Geral do Estado e a Defensoria Pública do Estado ajuizaram ontem na Justiça Federal, em Belém, uma ação civil pública em que pedem um valor mínimo de R\$ 71 milhões em indenizações pelos danos sociais e ambientais provocados pelo naufrágio do navio Haidar, em Barcarena, que transportava cerca de 5 mil bois vivos destinados à exportação.

Segundo o MPF/PA, 3,9 mil carcaças permanecem até agora na embarcação, adernada no porto de Vila do Conde, contaminando a água. Além da indenização, a ação determina que uma solução definitiva para o problema seja apresentada em, no máximo, 48 horas.

“A demora na retirada do óleo e das carcaças foi uma opção deliberada da empresa de salvatagem (contratada pelos donos da carga e do navio)”, diz a ação judicial, conforme informações do MPF/PA. “Resta clara a opção preponderantemente econômica de manter a integridade do navio em detrimento do meio ambiente, porque passados muito mais de dois meses do acidente (que ocorreu no dia 6 de outubro), as carcaças do deque inferior continuam mergulhadas no rio Pará”.

Conforme o MPF/PA, são réus na ação os donos do Haidar (Husei Sleiman e Tamara Shipping), a Minerva Foods, dona da carga de bois vivos, a Global Agência Marítima e a Norte Trading Operadora Portuária, responsáveis pelo embarque dos bois, e a Companhia Docas do Pará, dona do porto de Vila do Conde. Além da contaminação e dos extensos prejuízos sociais e ambientais, eles são acusados de crueldade e maus-tratos com os animais.

Produção de alimentos sofre impacto menor nas crises – Valor Econômico. 21/12/2015.

O setor das soft commodities, como é ligado à alimentação, é mais resiliente. Sofre menos nas crises, porque a alimentação continua. E, depois que você entra no mercado, a dependência criada é muito forte. O país importador não consegue virar as costas para o que nós fazemos. A questão de preço varia de commodity para commodity. Mas de uma forma geral, o que está acontecendo é que o cenário de supplydemand mundial tem sido favorável para a América do Sul e para o Brasil. Nós estamos nos consolidando como os produtores mais eficientes de todas as soft commodities. É claro que tem variações e algumas questões, mas somos de primeiro a terceiro maior produtor e exportador mundial em praticamente todas as commodities, desde as exóticas, como o café e o cacau, até as outras commodities do complexo grão. E não só soja. O milho passou a ter peso bastante importante. No setor carnes, em termos de preço, temos competitividade com praticamente qualquer região produtora do planeta. Competitividade em termos de custo nós temos. Como os países importadores nos seguram? Com as barreiras tarifárias. Mas mesmo assim a gente consegue exportar. Nós conseguimos fazer as soft commodities mais acessíveis para qualquer país. Com isso, nosso poder de precificação vem aumentando. Felizmente, está reduzindo o gap entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento. A partir do momento em que se reduz esse gap, a reação começa a ser na alimentação. Você começa a comer diferente, a demandar mais proteínas, a buscar variedades que vai encontrar na América do Sul, em especial no Brasil. No médio e longo prazo, temos um cenário mundial muito favorável. Temos que ter essa percepção e começar gradualmente a derrubar as barreiras tarifárias e não-tarifárias. As chances que nós temos são muito grandes e é o momento de batermos pesado.

Eduardo Riedel: A gente começa a perceber uma mudança na própria sociedade brasileira e a pegada de carbono na nossa produção vai se tornar também tangível do ponto de vista de mercado. Temos um potencial de vender uma produção sustentável de commodities de maneira geral. Somos muito cobrados e nós mesmos não conseguimos vender isso de maneira mais adequada. É impressionante como as tecnologias que o Brasil adotou para produzir, em relação a plantio direto, fixação de nitrogênio. Todas as grandes tecnologias criam não só competitividade, mas algo que pode ser capturado em termos de valor no médio e longo prazo. O que tem de genética, pesquisa, inteligência, tecnologia embarcada, em todas as áreas, não só nas biológicas, mas também nas engenharias, é impressionante. Um quilo de carne tem um valor agregado impressionante, apesar de o preço talvez ser menor. É isso que deu competitividade e isso também pode se tornar tangível.

Fernando Galletti: Temos que ter muito orgulho do que fazemos, porque muitas vezes as commodities são colocadas como um business que não agrega valor. Só somos o primeiro do mundo porque trouxemos tecnologia. Temos que lembrar que a base do Brasil é essa e essa é a nossa grande vantagem.

Eduardo Riedel: Responsáveis ambientalmente.

Agropecuária deve manter crescimento em 2016, projeta ministra – MAPA. 21/12/2015.

Kátia Abreu diz que agropecuária termina o ano com expansão de 2% e destaca ganhos de produtividade.

A agropecuária brasileira deve terminar 2015 com expansão de 2%, segundo a ministra Kátia Abreu (Agricultura, Pecuária e Abastecimento). “A nossa perspectiva para 2016 é crescer de 1,5% a 2% novamente”, disse, em entrevista ao Jornal de Tocantins. Ela também destacou os ganhos de produtividade do setor (aumento da produção em uma área de tamanho igual por meio do emprego de tecnologia). Ao diário tocantinense, Kátia Abreu falou ainda sobre desenvolvimento da região do Matopiba – formada pelo Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia –, regularização fundiária e desmatamento.

INVESTIMENTOS

"Este ano, ainda estamos em ritmo de crescimento. Terminaremos o ano crescendo 2%, diferente de outros setores. A nossa perspectiva para 2016 é crescer de 1,5% a 2% novamente. Estes são indicadores e análises dos Estados Unidos e nós esperamos um crescimento de produtividade maior do que isso. É crescer 2% em área ou em produção, através não só da ampliação de área, mas também pelo aumento da produtividade no mesmo espaço de chão. O fato dos produtores, este ano, terem recuado na procura de crédito de investimento, eu aplaudo, pois em época de crise não é momento de fazer grandes investimentos. As pessoas ficam mais cautelosas. Nos últimos quatro anos do governo da presidente Dilma, foram financiadas 300 mil máquinas, 60 mil por ano. No governo Lula, foram 30 mil máquinas/ano. Então, nossos produtores estão bem abastecidos de maquinários e no ano que vem esperamos que melhore a economia e que possamos ver a retomada dos investimentos em máquinas e implementos agrícolas."

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

"Nós estamos trabalhando duramente nisto. Porque se eu pudesse fazer uma lista do que é importante para um estado e um país se desenvolver, colocaria a regularização fundiária. Não adianta ter estrada se eu não tenho produção para passar nas estradas. A regularização fundiária significa direito de propriedade, segurança jurídica e investimento. Aqui, nós estamos trabalhando com a SPU, através do Ministério do Planejamento, para encontrarmos uma solução e fazermos uma experiência no Bico do Papagaio, no sul do Maranhão e no sul do Pará. Essas áreas já estão mapeadas."

DESMATAMENTO

"O que eu disse, na verdade, não foi um estímulo ao desmatamento. O que eu disse, na entrevista coletiva, é que utopia seria produzir sem ter desmatado. Então, nós não desmatamos para jogar terras ao vento, nós tratamos este assunto com seriedade. Então, eu disse que fazer agricultura sem desmate é uma utopia, porque eu não consigo plantar em cima das árvores, não consigo criar gado no meio da floresta. Qual era a opção então? Era não plantar nada? Era não sermos produtores de alimentos? Todos sabemos que o agronegócio é o segmento que está segurando o emprego e a balança comercial brasileira. Não estava incentivando desmatamentos no futuro, nem desmatamento ilegal. Outro ponto importante que tem que ser considerado – e eu não quero tratar este assunto com hipocrisia – é que o antigo e o atual Código Florestal Brasileiro permitem o desmatamento em certas áreas com licenciamento. Então, eu defendo a legalidade e que

nós possamos estimular os produtores a tirar tudo da terra que já está desmatada para que possamos aproveitá-la da melhor forma possível."

MATOPIBA

"O Tocantins teve duas grandes oportunidades. A primeira foi durante sua criação, onde nós tivemos toda uma condição, uma energia muito positiva de mudança de patamar, de mudança de vida, de mudança de realidade. E agora estamos tendo a segunda oportunidade – e talvez a última tão significativa para que esse boom aconteça. Não é para a ministra, é para o governo brasileiro. Nós temos 73 milhões de hectares nos quatro estados, sendo que 35 milhões de hectares são agricultáveis. Aí você poderia me perguntar: “como é que eu sei se isso é muito ou pouco?” É só você lembrar que toda a produção de grãos do Brasil é produzida em 50 milhões de hectares. Você também poderia me perguntar: “vai haver desmatamento ilegal?” Não! Nós não estamos apoiando isso, nós estamos incentivando e aguardando que as áreas degradadas de pecuária possam ser transformadas em agricultura. Outro ponto importante: dos cinco maiores rios do Brasil, dois estão no Matopiba, que são o Araguaia e o Tocantins. Se nós fizermos a irrigação, nós teremos uma grande área no Tocantins, no Matopiba irrigável. Nosso objetivo, então, é que a última fronteira agrícola do país e do mundo seja tratada de forma adequada, como as outras não foram. No Matopiba, nós queremos corrigir esta distorção."

Acesso de extrativistas do babaçu na PGPM-Bio está facilitado – CONAB. 21/12/2015.

As regras de cadastro para extrativistas de babaçu terem acesso à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) foram simplificadas. Deixaram de ser obrigatórias as informações sobre o estabelecimento rural no qual a atividade extrativista é executada.

A alteração atende a pedido do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco do Babaçu (MIQCB) apresentado à Conab e aos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). A mudança nas normas foi necessária uma vez que a coleta de babaçu não ocorre em uma área específica e determinada - as extrativistas coletam sua produção em áreas comuns ou de terceiros, conforme a Lei do babaçu livre.

Com a simplificação, a Companhia espera disponibilizar, apenas neste mês, R\$ 531 mil para pagamento a 768 extrativistas de amêndoa de babaçu no Maranhão.

Por meio da PGPM-Bio, o governo oferece subvenção a 15 produtos do extrativismo. Os extrativistas individuais ou organizados em associações e cooperativas recebem um bônus na venda do produto coletado nas florestas, desde que o negócio tenha sido realizado por um preço inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

O programa visa o fortalecimento e o desenvolvimento socioeconômico das populações tradicionais, a permanência do homem na floresta e a garantia de renda, assim como a conservação, preservação e uso sustentável dos recursos naturais.

Inovações dão prioridade à sustentabilidade e precisão. Martha San Juan França – Valor Econômico. 21/12/2015.

Nos próximos anos, o uso da tecnologia aplicada ao campo será cada vez mais voltado para ampliar a eficiência no aproveitamento da água, solo e biodiversidade, garantir a produtividade, recompor os recursos naturais e diminuir o impacto das mudanças climáticas no território nacional. Práticas conservacionistas, integração de diferentes sistemas produtivos numa mesma área, maior interdisciplinaridade nos estudos agronômicos são a fundamentação do sistema Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e um dos pilares do Plano Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC) que orienta as pesquisas da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária).

Atualmente, mais de 30 unidades da instituição desenvolvem atividades em sistemas integrados, visando manejo de pastos, consórcio de cultura, plantio direto, restauração de reserva legal, uso de dejetos, produção sustentável de madeira, fixação biológica de nitrogênio. Cerca de 2 milhões de hectares utilizam os diferentes formatos do ILPF e a projeção é de que nos próximos 20 anos essa solução seja adotada em mais de 20 milhões de hectares degradados.

"As tecnologias de integração lavoura, pecuária e floresta já levam ao desenvolvimento num mesmo espaço de múltiplas atividades produtivas, construindo no processo a fertilidade do solo", diz Maurício Antônio Lopes, presidente da Embrapa. "Em breve, os sistemas integrados permitirão produzir carne, grãos, fibras e energia com emissões líquidas de carbono muito baixas ou com captura maior que emissão, um grande feito que vai projetar a agropecuária brasileira como uma das mais sustentáveis do mundo", afirma.

A inovação praticada na Embrapa, mas também em instituições estaduais de pesquisa, universidades e nas empresas privadas, foi essencial para a revolução que ocorreu no campo nos últimos 40 anos e que fez do país um dos maiores produtores e exportadores mundiais de alimentos. Solos ácidos e de baixa fertilidade corrigidos, adaptação de plantas e de animais aos biomas brasileiros por meio de melhoramento genético, utilização de máquinas e equipamentos mais modernos tornaram líderes de produção áreas antes consideradas de baixo potencial.

Um dos principais avanços foi o desenvolvimento da fixação biológica de nitrogênio, processo que garante a competitividade da soja brasileira ao eliminar fertilizantes nitrogenados. Hoje, essa tecnologia é utilizada nos 30 milhões de hectares cultivados com soja anualmente e proporciona uma economia de mais de US\$ 12 bilhões por ano ao país. Outras tecnologias desenvolvidas nos centros de pesquisa são voltadas para o controle biológico e o manejo integrados de pragas e doenças, além do plantio direto, sem a necessidade de que o solo seja arado. "Só no que se refere à pesquisa da cana, desenvolvemos mais de 100 variedades", diz Gustavo Teixeira Leite, presidente do Centro de Tecnologia Canavieira (CTC). "Estimamos que a contribuição dessas tecnologias, ao longo de quatro décadas, seja de US\$ 200 bilhões."

Algumas das linhas de pesquisa desenvolvidas atualmente tiveram início na década de 1980. Na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade de São Paulo, são produzidas mais de 30 inimigos naturais de pragas agrícolas, entre elas a vespinha *Cotesia flavipes* e o inseto *Trichogramma galloi*, que atacam em diferentes fases a broca-da-cana, uma lagarta que já causou prejuízos de US\$ 100 milhões em canaviais. "Estamos ampliando esse trabalho para controlar lagarta de soja, traças em

tomateiro, feijoeiro e milho", afirma José Roberto Postali Parra, ex-diretor da instituição e responsável pelo laboratório de controle biológico.

O próximo ciclo de inovação, segundo Silvio Crestana, ex-presidente da Embrapa e pesquisador da Embrapa Instrumentação em São Carlos, terá de levar em conta a agricultura de precisão, que usa tecnologias da informação, de geostatística e automação para gerenciar a lavoura, aumentar a produtividade e diminuir o impacto no meio ambiente. "Hoje, sensores e sistemas de rastreamento via satélite são instalados em máquinas agrícolas para um manejo mais preciso da plantação", afirma. "São avanços da tecnologia disponíveis em outras áreas que estão sendo adaptadas e transpostas para o campo." Um exemplo é o drone Vant desenvolvido pela Embrapa para colher imagens e dados que indicam se a lavoura precisa de irrigação, reforço na adubação ou já pode ser colhida. "É necessário combinar todos os dados para tirar o máximo potencial dos sistemas de produção e culturas", diz.

Mais participação e políticas no Rural contemporâneo. Por Rodrigo Amaral, Secretário do Condraf. Site do MDA, quarta-feira, 23 Dezembro, 2015 - 09:30

Por um 2016 com mais participação e políticas no Rural contemporâneo

Olhar para o Rural brasileiro hoje é ter a plena certeza de que este é um espaço em constante transformação, onde as riquezas e a luta do povo não podem ser esquecidas, nem padronizadas. Até porque a diversidade que existe nos territórios de identidade espalhados pelo Brasil mostram o quanto é necessária a universalização das políticas públicas, mas também a especialização delas, reconhecendo a cultura, as dinâmicas e as tradições de cada lugar.

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) completou 15 anos em 2015. Cada vez mais, temos nos esforçado para evidenciar todas as diferenças da população rural, trazendo a força e a relevância de cada uma delas para dentro do governo. Tanto que, nos últimos anos, as políticas executadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) têm levado em consideração as demandas específicas de diversos setores sociedade civil, a exemplo dos jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais.

Espaços como a 2ª Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (2ª Cnater), que já mobilizou 22 mil pessoas em conferências municipais, territoriais, temáticas e estadual, são fundamentais para a promoção das pautas contemporâneas do Brasil Rural. Outra grande conquista deste ano foi o início do processo de reformulação democrática do Condraf, que busca garantir a paridade de gênero e ampliar a participação da sociedade civil.

Este ano, o Condraf também incidiu no Plano Plurianual 2016-2019, documento que estabelece metas da administração pública federal, e participou ativamente da elaboração do Plano Safra 2015-2016, garantindo o diálogo do governo com a sociedade civil. Participou da elaboração do Estatuto Social e Contrato de Gestão da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e realizou o "Diálogos Condraf - Seminário sobre Nova Ruralidade e Desenvolvimento Territorial".

Para 2016, queremos mais ainda conquistas, ampliando a capacidade de incidência do conselho sobre as políticas públicas. Para isso, vamos concluir a 2ª Cnater, com cerca de 1.000 participantes de todo o país na etapa nacional. Estamos também estreitando os laços com os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável e vamos

acompanhar a revisão do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS).

A nossa luta no Condráf representa uma parte de tudo que os povos dos Campos, Águas e Florestas demandam para termos a qualidade de vida que sonhamos não só no Rural, mas também nos grandes centros urbanos – já que a agricultura familiar é responsável por 70% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, conforme indica o MDA.

Unidos: conselheiros, agricultores, ribeirinhos, quebradeiras de coco, seringueiros, pescadores e tantos outros guerreiros e guerreiras do rural, estamos abrindo caminhos para enfrentar mais desafios. O Condráf tem se esforçado para que esses direitos sejam garantidos, com redução das desigualdades, maior inclusão social, alimentação saudável, orgânica e sem agrotóxicos.

Hidrelétrica do Tapajós vai a leilão no 2º semestre de 2016. André Borges – O Estado de São Paulo. 24/12/2015

Segundo ministro, Eletrobrás deverá entrar no leilão da usina; custo é de pelo menos R\$ 30 bilhões

Depois de passar os dois últimos anos sem conseguir leiloar a construção de uma grande usina hidrelétrica, o Ministério de Minas e Energia (MME) promete que vai fazer o leilão da Hidrelétrica de São Luiz do Tapajós no segundo semestre de 2016.

Em entrevista ao Estado, o ministro do MME, Eduardo Braga, disse que São Luiz é a prioridade do governo para o próximo ano e que a estatal Eletrobrás já está se preparando financeiramente para entrar no leilão da usina, que tem custo estimado em pelo menos R\$ 30 bilhões.

“Nós estamos trabalhando para que São Luiz do Tapajós tenha sua licença ambiental prévia liberada no primeiro semestre do ano. A ideia é ter um leilão no segundo semestre”, disse Braga. “Todo trabalho que estamos fazendo é para que a Eletrobrás esteja reposta, do ponto de vista econômico-financeiro, para poder participar robustamente desse leilão.”

Governo precisa equacionar questão indígena

São Luiz chegou a entrar nos planos de leilões ainda no ano passado, mas o governo acabou recuando da ideia, por causa da complexidade ambiental do projeto e de seu impacto em terras indígenas. A dificuldade de licenciamento somou-se à crise econômica, e o governo acabou não tocando o projeto adiante. São Luiz tem previsão de retirar 8.040 megawatts (MW) das águas do Rio Tapajós.

“O Brasil não deve abrir mão desse projeto, no longo prazo. Hoje o País está bem estruturado para os próximos 10, 15 anos. Mas para os próximos 20 anos, a energia de Tapajós será essencial para o País”, comentou.

Para viabilizar a hidrelétrica, que seria erguida numa área da Amazônia completamente preservada, o governo reduziu florestas protegidas da região, já que é proibido construir usinas em unidades de conservação.

“Todas as questões ambientais estão colocadas e equacionadas com estudos. A única pendência agora é com a Funai (Fundação Nacional do Índio)”, disse o ministro. “A questão indígena não foi equacionada ainda, mas é possível resolver esse impasse. É

claro que isso vai demandar vontade política, mas sabemos que é uma construção responsável.”

O governo tem apoiado um projeto de lei que tramita no Congresso, para que o processo de licenciamento de grandes obras, como São Luiz, seja limitado a apenas uma licença – em vez de três autorizações, como ocorre atualmente, com licença prévia, de instalação e de operação – e tenha prazo máximo de oito meses para sair.

Segundo Eduardo Braga, o projeto, que tem sido chamado de “fast track” do licenciamento, é necessário para destravar empreendimentos, mas não será aplicado sobre São Luiz do Tapajós. “A hidrelétrica é viável pelo modelo de licenciamento que temos hoje, independentemente do fast track. Temos a questão ambiental resolvida, falta só a questão indígena, uma definição que passa também pelo Ministério da Justiça, pela Funai e pela Advocacia-Geral da União (AGU).

O MME tem recorrido à AGU para que o órgão atue na defesa de empreendimentos do setor. Recentemente, essa assessoria jurídica foi acionada para que a Funai liberasse a linha de transmissão de energia que vai ligar as capitais Manaus (AM) e Boa Vista (RR), último trecho do País que ainda não estava conectada à rede nacional de transmissão de energia.

A linha de transmissão enfrentava forte resistência dos índios, porque a linha passa dentro da terra indígena. Depois de três anos de discussão e da ameaça do MME de impor uma “obrigação de fazer” contra a Funai, o empreendimento foi autorizado.

A situação é parecida em São Luiz do Tapajós. Nas prateleiras da Funai, processos de homologação de terras indígenas na região prevista para erguer a usina aguardam uma confirmação do governo, que há anos tem adiado uma resposta aos processos. A Funai já analisou a área e concluiu que São Luiz possui 14 impactos negativos aos índios e às terras indígenas – 6 dos quais, irreversíveis.

Na avaliação da autarquia, o projeto também seria inconstitucional por alagar áreas indígenas, o que é proibido pela Constituição. Até dois anos atrás, a Funai de Itaituba (PA), principal município afetado pelo projeto, já tinha identificado cinco aldeias dos índios da etnia mundurucu na região, com uma população de aproximadamente 500 pessoas. Há ainda forte apreensão sobre a reação dos índios que vivem no Alto Tapajós, onde nasce o rio, na divisa de Mato Grosso com o Pará, onde vivem cerca de 12 mil índios mundurucus.

Famílias extrativistas recebem mais de 4,1 milhões em 2015 – CONAB. 28/12/2015.

Mais de 5 mil famílias extrativistas foram beneficiadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) em 2015. É o que revela balanço da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Até o início de dezembro, foram aplicados mais de R\$ 4,1 milhões na subvenção.

A intervenção da Conab também auxilia na preservação do meio ambiente, uma vez que oferece garantia de renda à coleta e comercialização de produtos florestais não madeireiros. Neste ano, 56% do total destinado à PGPM-Bio, cerca de R\$ 2,31 milhões, foram aplicados em atividades extrativistas situadas na área da Mata dos Cocais (transição entre bioma amazônico e caatinga). Os recursos destinados para a Amazônia foram superiores a R\$ 1,61 milhão. Na Caatinga, o governo federal investiu mais de R\$ 175 mil. O restante, valor em torno de R\$ 60 mil, foi aplicado no Cerrado.

“Ainda há campo de atuação, com biomas e grupos extrativos que precisam ser alcançados. As ações de aprimoramento dos normativos e de divulgação do Programa devem ser contínuas e ampliadas”, ressalta a gerente de Produtos da Sociobiodiversidade da Conab, Ianelli Sobral Loureiro.

Para ampliar o acesso à PGPM-Bio, foram realizadas 58 visitas técnicas de gestão e orientação em 183 municípios em 17 estados brasileiros. Em 2016, serão realizados painéis em cinco estados: São Luís/MA (19/01), Cuiabá/MT (27/01), Marabá (17/02), Manaus/AM (02/03) e Rio Branco/AC (13/03). Todas as atividades têm apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Por meio da PGPM-Bio, o governo oferece subvenção a 15 produtos do extrativismo. Os extrativistas individuais ou organizados em associações e cooperativas recebem um bônus na venda do produto coletado nas florestas quando o negócio é realizado por um valor inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Executada desde 2009, a PGPM-Bio garante renda ao extrativista, o que permite a manutenção da atividade. Nos últimos sete anos, foram aplicados R\$ 27 milhões na Política.

Cursos com ênfase em agroecologia e publicação de livros marcam atuação do Pronera em 2015 – Site do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 28/12/2015

Com grande amplitude de atuação, cursos diferenciados e que enfatizam práticas agroecológicas, o Incra em São Paulo encerra o ano de 2015 com muitas conquistas em uma área estratégica para o desenvolvimento das famílias assentadas: a Educação no Campo. Por meio do seu Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), houve a conclusão de um curso de graduação em Agronomia e de três cursos de especialização, além do início de cursos inéditos voltados para a juventude rural. “A capacitação do público da reforma agrária e dos educadores e técnicos que atuam nos assentamentos é uma prioridade, e estamos buscando ampliar a educação no campo no estado, com uma preocupação especial em favorecer a produção agroecológica e sustentável das famílias no campo”, enfatiza o superintendente regional do Incra/SP, Wellington Diniz Monteiro.

As turmas encerradas em 2015 formaram 47 alunos em Agronomia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), além de 137 alunos em cursos de pós-graduação como especialistas em temas como Desenvolvimento Territorial, Educação do Campo e Agroecologia. Os cursos de especialização foram oferecidos em parcerias com a Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Presidente Prudente, Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual de Campinas. Os novos cursos iniciados neste ano foram o de Pós-Médio em Cooperativismo e Agroecologia, Cinema, Juventude e Ruralidades e Juventude Camponesa e Transição Agroecológica, estes em parceria com instituições como a Unesp de Marília e de Botucatu.

Outro resultado a ser comemorado foi a publicação de dois livros: o Residência Agrária: Reflexões e Práticas sobre o Desenvolvimento Territorial Camponês e o Vivências e Experiências: Olhares de Educadores do Campo sobre o Campo. Segundo a coordenadora do Pronera em São Paulo, Sonia Rodrigues, a publicação dos livros contribui para a consolidação e difusão dos aprendizados obtidos pelos alunos. “Há muitas pesquisas e reflexões de qualidade sobre a realidade rural nesses cursos, e a

publicação dos livros facilita a consulta e a divulgação de abordagens que vão de práticas de preservação ambiental às experiências pedagógicas”, destaca Sonia.

O Pronera publicou também neste ano o Guia do Pronera, um material de divulgação que resume os princípios e o funcionamento do programa, com exemplos concretos dos tipos de cursos e projetos que financia ou apóia. “No conjunto, os materiais impressos dão visibilidade para a dimensão e avanços do programa no estado”, avalia Sonia.

Em 2016 haverá a implantação de um novo curso de Especialização em Educação do Campo, cujas inscrições estão abertas até dia 30 de janeiro (edital completo em <http://www.gepec.ufscar.br/especializacao>) As classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA) são outra importante frente de atuação do Pronera, e também terão prosseguimento no próximo ano. O convênio, em parceria com o Movimento de Educação de Base (MEB), beneficia 480 alunos com o projeto Educação de base para a construção da cidadania plena e participativa: Territórios da Reforma Agrária livres do Analfabetismo.

O Pronera

O Pronera propõe e apóia projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de reforma agrária. O público alvo são os jovens e adultos dos projetos de assentamento criados pelo Incra, que por meio do programa têm acesso a cursos de educação básica, (alfabetização, ensinos fundamental e médio), técnicos profissionalizantes de nível médio e cursos superiores e de especialização.

As ações do programa têm como base a diversidade cultural e socioterritorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrigo, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Sílvia Zimmermann, Valdemar João Wiesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

**op
pa** Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa